



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA
COMISSÃO DE SAÚDE, BEM ESTAR
SOCIAL E ESPORTE, REALIZADA NO
DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DE
DOIS MIL E VINTE E DOIS, PARA
APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO
REFERENTE AO SEGUNDO
QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E
VINTE E DOIS.

Saude

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, conforme Edital de Convocação publicado aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, no Diário Oficial do Município de número 156, Ano XI, realizou-se a Audiência Pública para apresentação de Relatório de Gestão de Saúde referente ao segundo quadrimestre de dois mil e vinte e dois. A Audiência Pública, feita de maneira presencial, no plenário da Câmara, foi presidida pela Presidente da Comissão de Saúde, Bem-Estar Social e Esporte, a Vereadora Noemia Rocha, com participação dos demais membros da Comissão, os Vereadores João da 5 Irmãos, Marcelo Fachinello, Oscalino do Povo e Pastor Marciano Alves. Participaram também da apresentação: a senhora Beatriz Battistella Nadas, Secretária de Saúde do Município de Curitiba; O senhor Márcio Camargo, Chefe do Núcleo de Assessoramento Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde; O Dr. Alcides Augusto Souto de Oliveira, Diretor do Centro de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde; A Dra. Flávia Celene Quadros, Superintendente de Gestão em Saúde; O senhor Juliano Schmidt Gevaerd, Superintendente Executivo; O Dr. Pedro Henrique de Almeida, Diretor do Sistema de Urgência e Emergência de Curitiba; O senhor Cleverson Fragoso, Diretor de Atenção Primária em Saúde; O senhor Juarez Cesar Zanon Junior, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde; A senhora Oksana Maria Volochtchuk, Diretora do Centro de Assistência à Saúde; A senhora Rosana de Lourdes Rolim Zappe, Diretora do Centro de Saúde Ambiental; A senhora Jane Sescatto, Diretora do Centro de Controle, Avaliação e Auditoria; A senhora Cristiane Sinhoca Rasera, da Coordenação de Saúde Mental; E a senhora Katiuscia Vanessa Schiontek, da Diretoria do Sistema de Urgência e Emergência de Curitiba. Seguem as notas taquigráficas: "O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Encontram-se presentes 20 (vinte) dos Srs. Vereadores, havendo quórum para a continuidade dos trabalhos. Conforme o Requerimento nº 054.00016.2022, aprovado na Sessão do dia 23 de agosto de 2022, os horários reservados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais estão destinados à realização da audiência pública de apresentação do relatório de gestão da Saúde, referente ao segundo quadrimestre de 2022. Convido a Comissão de Saúde, Bem-Estar Social e Esporte para assumir os trabalhos e iniciar a audiência pública, sob a Presidência da Vereadora Noemia Rocha. (Dá-se início à Audiência Pública) A SRA. PRESIDENTE:- Bom dia, Vereadoras e Vereadores. Bom dia, Secretaria Municipal da Saúde, na pessoa da Secretária Beatriz. Convido os integrantes da Comissão de Saúde: Vereador Oscalino do Povo. Vereador João da 5 Irmãos. Vereador Marcelo

*João marcelo
Gonçalves*

X



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE, BEM ESTAR SOCIAL E ESPORTE, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO REFERENTE AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, conforme Edital de Convocação publicado aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, no Diário Oficial do Município de número 156, Ano XI, realizou-se a Audiência Pública para apresentação de Relatório de Gestão de Saúde referente ao segundo quadrimestre de dois mil e vinte e dois. A Audiência Pública, feita de maneira presencial, no plenário da Câmara, foi presidida pela Presidente da Comissão de Saúde, Bem-Estar Social e Esporte, a Vereadora Noemínia Rocha, com participação dos demais membros da Comissão, os Vereadores João da 5 Irmãos, Marcelo Fachinello, Oscalino do Povo e Pastor Marciano Alves. Participaram também da apresentação: a senhora Beatriz Battistella Nadas, Secretária de Saúde do Município de Curitiba; O senhor Márcio Camargo, Chefe do Núcleo de Assessoramento Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde; O Dr. Alcides Augusto Souto de Oliveira, Diretor do Centro de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde; A Dra. Flávia Celene Quadros, Superintendente de Gestão em Saúde; O senhor Juliano Schmidt Gevaerd, Superintendente Executivo; O Dr. Pedro Henrique de Almeida, Diretor do Sistema de Urgência e Emergência de Curitiba; O senhor Cleveron Fragoso, Diretor de Atenção Primária em Saúde; O senhor Juarez Cesar Zanon Junior, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde; A senhora Oksana Maria Volochtchuk, Diretora do Centro de Assistência à Saúde; A senhora Rosana de Lourdes Rolim Zappe, Diretora do Centro de Saúde Ambiental; A senhora Jane Sescatto, Diretora do Centro de Controle, Avaliação e Auditoria; A senhora Cristiane Sinhoca Rasera, da Coordenação de Saúde Mental; E a senhora Katiúscia Vanessa Schiontek, da Diretoria do Sistema de Urgência e Emergência de Curitiba. Seguem as notas taquigráficas: "O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Encontram-se presentes 20 (vinte) dos Srs. Vereadores, havendo quórum para a continuidade dos trabalhos. Conforme o Requerimento nº 054.00016.2022, aprovado na Sessão do dia 23 de agosto de 2022, os horários reservados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais estão destinados à realização da audiência pública de apresentação do relatório de gestão da Saúde, referente ao segundo quadrimestre de 2022. Convido a Comissão de Saúde, Bem-Estar Social e Esporte para assumir os trabalhos e iniciar a audiência pública, sob a Presidência da Vereadora Noemínia Rocha. (Dá-se início à Audiência Pública) A SRA. PRESIDENTE:- Bom dia, Vereadoras e Vereadores. Bom dia, Secretaria Municipal da Saúde, na pessoa da Secretária Beatriz. Convido os integrantes da Comissão de Saúde: Vereador Oscalino do Povo. Vereador João da 5 Irmãos. Vereador Marcelo

Fachinello, Vereador Pastor Marciano Alves para comporem a Mesa. É importante começarmos a prestação de contas para que possamos ter tempo hábil, para dar oportunidade a todos os Vereadores que desejam fazer as perguntas. Quero agradecer a presença de todos os Vereadores em uma pauta importante, de prestação de contas da Secretaria Municipal da Saúde. Declaramos aberta a Audiência Pública da Comissão de Saúde, Bem-Estar Social e Esporte, na qual a Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Beatriz Battistella Nadas, na qualidade de gestora do Sistema Único de Saúde na esfera do Governo Municipal, apresentará o relatório detalhado contendo, dentre outros, dados sobre o montante de fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como, sobre a oferta e produção de serviços na rede assistencial própria contratada ou conveniada, referente ao segundo quadrimestre de 2022, de acordo com o previsto no § 5º do Art. 36 da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012. Essa audiência pública terá a duração de duas horas, com início às 9h14min e término às 11h14min, podendo ser prorrogada. Agradecemos a participação de todos, autoridades, representantes de associações, entidades, servidores, cidadãos e Vereadores. A Comissão de Saúde, Bem-Estar Social e Esporte é formada pelos Vereadores Noemia Rocha, Presidente desta Comissão, com muito orgulho; Vereador Marcelo Fachinello, Vice-Presidente; Vereador João da 5 Irmãos; Vereador Oscalino do Povo; e Vereador Pastor Marciano Alves. Lembrando que é a melhor Comissão da Câmara Municipal. Os trabalhos da audiência pública obedecerão ao seguinte roteiro: primeiro, a explanação da Sra. Beatriz Battistella Nadas, nossa Secretaria Municipal de Saúde; segundo, a concessão da palavra aos participantes para comentários, sugestões e questionamentos. A concessão da palavra será dada da seguinte forma: primeiro aos Vereadores que compõem esta Comissão Permanente de Saúde, Bem-Estar Social e Esporte; segundo aos demais Vereadores; terceiro aos participantes que se manifestarem por meio do e-mail da Comissão de Saúde comissao.saude@cmc.pr.gov.br. A partir deste momento, e eu gostaria da participação de todos, concedemos a palavra à Sra. Beatriz Battistella Nadas, Secretaria Municipal de Saúde, para que faça a sua explanação. Bem-vinda, Comissão de Saúde. Bem-vinda, Secretaria. O Sr. Ezequias Barros:- Presidente Noemia, só para constar que estou desde o início dos trabalhos, cheguei uns segundos depois da chamada. Obrigado. A SRA. PRESIDENTE:- Secretaria Beatriz, com a palavra. A SRA. BEATRIZ BATTISTELLA NADAS:- Saúdo a todos os Vereadores aqui da Câmara de Vereadores de Curitiba, como também toda a nossa equipe da Secretaria Municipal da Saúde presentes aqui. Neste momento quero prestar aqui um agradecimento muito grande a toda a nossa equipe da Secretaria Municipal da Saúde, da Fundação Estatal de Atenção à Saúde, como também a todos os estabelecimentos e trabalhadores que fazem parte da rede SUS de Curitiba. Bom dia, Vereadora Noemia, Presidente da Comissão de Saúde; Vereador Fachinello; Vereador Oscalino; Vereador João da 5 Irmãos; e Vereador Pastor Marciano. Com muita alegria e muita honra represento esse setor tão valente e tão bravo. Estamos então nesta manhã aqui para fazer a prestação de contas daquilo que é o nosso segundo quadrimestre deste ano, que corresponde aos meses de maio, junho, julho e agosto de 2022. Essa participação aqui hoje atende ao dispositivo legal da Lei 141, de 2012, que coloca que a Secretaria deve quadrimensalmente fazer a prestação de contas. E também tem aí toda essa fundamentação no Art. 36. (Slides) A nossa apresentação vai percorrer esses itens, que são os itens previstos nessa legislação que trata da rede física, recursos humanos, a produção dos serviços de saúde, os indicadores, auditorias e os nossos destaques. A nossa rede física, todos conhecem muito bem, é composta por dez Distritos Sanitários; cento e oito Unidades Básicas de Saúde; nove Unidades de Pronto Atendimento; treze Centros de Atenção Psicossocial; cinco Unidades Especializadas médicas; dois Centros de Especialidades Odontológicas; os nossos dois Hospitais do Idoso, Hospital Municipal do Idoso Zilda Arns e o nosso Centro Médico Comunitário Bairro Novo; são quinze hospitais que compõem essa rede SUS vinculada ao nosso sistema, um Complexo Regulador da Urgência; um

Laboratório de Análises Clínicas; uma Central de Vacinas; uma Central de Zoonoses; e uma Unidade de Estabilização Psiquiátrica. Isto, somado a outros serviços da nossa cidade, compõe uma rede que tem trezentos e dezessete espaços, entre, hospitais, ambulatórios e clínicas. Nossos recursos humanos, nesse quadrimestre, estão na Secretaria com nove mil setecentos e sessenta e três profissionais, tivemos trezentos e noventa e uma admissões, comparado ao último quadrimestre, ao quadrimestre anterior, na modalidade do programa Processo Seletivo Simplificado e alguns profissionais que foram contratados pelo concurso público. Neste ano também a Prefeitura Municipal de Curitiba realizará concurso público para diversas carreiras da nossa Secretaria Municipal da Saúde. (P) E na rede total do SUS, naqueles trezentos e dezessete serviços, temos hoje vinte e seis mil e noventa trabalhadores cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Serviços de Saúde. Todo esse público é responsável pelo funcionamento da nossa rede aqui em Curitiba. No que diz respeito a produção ambulatorial, aquilo que a atenção primária faz, então nesse quadrimestre nós tivemos quinze mil quinhentos e vinte e seis procedimentos chamados cirúrgicos, na atenção primária. Mais de um milhão e quatrocentos mil procedimentos clínicos; mais de um milhão e cem mil procedimentos com finalidades diagnósticas e duzentas e uma mil oitocentas e dez ações de promoção e prevenção em saúde. Isso em todas as nossas cento e oito Unidades Básicas de Saúde. Já naquilo que diz respeito à produção de ações e serviços em saúde, na área de urgência e emergência, que compõem a rede, as nossas Unidades de Pronto Atendimento, os prontos-socorros da cidade e também o nosso sistema de atendimento móvel de urgência, o SAMU e o SIATE, tivemos ali esses quantitativos. Os procedimentos ambulatoriais de finalidade diagnóstica: sessenta e seis mil e trinta e cinco; de finalidade clínica e procedimentos clínicos, noventa e quatro mil cento e quatorze; procedimentos cirúrgicos, sete mil quinhentos e trinta e quatro; dois transplantes e cinquenta e uma órteses, próteses e materiais especiais, apresentados e disponibilizados. Já na produção hospitalar foram cento e oito procedimentos de finalidade diagnóstica; quarenta e três mil trezentos e sessenta e seis procedimentos clínicos; vinte e seis mil quatrocentos e noventa e quatro procedimentos cirúrgicos; os transplantes foram na ordem de mil quatrocentos e oitenta e não houve nenhuma órtese e prótese nesse período. Na atenção especializada, então aquilo que é o eletivo que estamos retomando o funcionamento em nossa cidade, na área ambulatorial tivemos ações de promoção e prevenção: quinhentos e vinte e três mil duzentos e trinta e três procedimentos; procedimentos com finalidade diagnóstica, oito milhões oitocentos e quarenta e seis mil quinhentos e setenta e quatro procedimentos; procedimentos clínicos, seis mil setecentos e vinte e três com trezentos e sessenta; procedimentos cirúrgicos, oitenta e nove mil trezentos e vinte e um; transplantes, trinta e seis mil trezentos e quarenta e dois e setenta e uma mil quatrocentos e quarenta e quatro órteses, próteses e materiais especializados. Na produção hospitalar tivemos, nesse quadrimestre, com a finalidade diagnóstica: quinhentos e vinte e um procedimentos; procedimentos clínicos, quarenta e cinco mil trezentos e cinquenta e dois; procedimentos cirúrgicos, quarenta e nove mil quatrocentos e vinte e três; transplantes, mil setecentos e cinco e não houve órteses e próteses. Nessa produção, então agora olhando esse ano de 2022, já tivemos da atenção primária um milhão trezentos e setenta e quatro mil consultas médicas, que representam uma média diária, de segunda a sexta-feira de oito mil quinhentos e noventa e uma consultas; oitocentas e trinta e sete mil quinhentos e sessenta e oito consultas com a enfermagem; cinco mil duzentas e trinta e cinco consultas por dia. Foram seis milhões duzentos e noventa e seis mil e dezenove procedimentos médicos e de enfermagem e uma produção da equipe de saúde bucal de trezentos e cinquenta e oito mil quinhentos e trinta e três procedimentos, uma média de dois mil duzentos e quarenta e um procedimentos por dia. Lá no nosso Laboratório Municipal, neste ano de 2022, até agosto, foram realizados três milhões setecentos e setenta e sete mil setecentos e vinte exames e nas Unidades de Pronto Atendimento nós realizamos seiscentos e quarenta e três mil novecentos e quinze atendimentos

médicos, uma média diária de dois mil seiscentos e cinquenta. Eu tomei aqui um exemplo, eu emprestei, essa foto até foi minha, eu fiz essa foto no Estádio Mineirão, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em julho deste ano quando fui visitar o meu filho. O meu filho é muito torcedor de um time que estava jogando contra o Galo e fomos lá ver o jogo. Nesse dia havia cinquenta e três mil pessoas no estádio e nesse dia eu consegui entender e visualizar o que atendemos em nossa cidade de segunda a sexta-feira, todos os dias. É uma média de cinquenta e três mil setecentos e vinte e nove pessoas todos os dias. Na segunda, cinquenta e três mil setecentos e vinte e nove, na terça cinquenta e três setecentos e vinte e nove, na quarta-feira cinquenta e três mil setecentos e vinte e nove e até sexta-feira é assim. É o Estádio do Mineirão, porque aqui em Curitiba não tem, nem o nosso Couto Pereira, que cabe acho que umas quarenta e duas mil pessoas e nem a Baixada, que não sei a capacidade ali. Não cabe esse público que atendemos todos os dias em nossas unidades de saúde. Essa medição eu fiz em julho deste ano, o que realizou ali um milhão cento e vinte e oito mil trezentas e uma pessoas atendidas. São pessoas, não se refere aqui a procedimentos. Quantas pessoas diariamente atendemos e isso se distribui assim, nessa nossa escala, nessa tabela podemos ver o que de segunda a sexta-feira as nossas equipes atendem. Nas unidades básicas de saúde, nos centros especializados, nos CAPS, nas consultas realizadas nos prestadores, nos exames realizados, no nosso atendimento da ouvidoria, no atendimento ambulatorial de alta complexidade e aqui estamos falando dos atendimentos de quimioterapia, de radioterapia, de terapia renal substitutiva, que é a diálise, o serviço de atendimento domiciliar, as visitas dos nossos agentes de combate às endemias, inspeções da Vigilância Sanitária, as ações de vigilância da zoonose e todos aqueles serviços que funcionam todos os dias, porque temos uma boa parte de serviços que diariamente funcionam de domingo a domingo, nos trezentos e sessenta e cinco dias do ano, nas vinte e quatro horas de cada um desses dias, esse número dá nove mil oitocentos e dois. Aí compõe esse número de cinquenta e três mil setecentos e vinte e nove pessoas diariamente. Nesses serviços que funcionam no regime de vinte e quatro por sete, que não fecham nunca, temos as nossas unidades de pronto atendimento, o atendimento dos prontos-socorros, essa ficha ambulatorial de atendimento de urgência, as ocorrências do SAMU, do SIATE e as internações na nossa cidade. Temos duas mil quinhentas e noventa e sete pessoas todos os dias internadas em nossos serviços. A nossa Central Saúde Já, que atende por telefone todos os dias, de segunda a segunda, das 8h às 20h. A Central de Leitos Metropolitana, o quanto eles atendem e as ligações que são atendidas pelas nossas equipes, que dizem respeito ao SAMU, que atende a Região Metropolitana de Curitiba e também aquilo que o SAMU atende na nossa cidade, fazendo esse total só dessa área de serviços que funcionam vinte e quatro por sete, todos os dias, são nove mil oitocentas e duas pessoas. Então é bastante gente que a nossa equipe ou que a equipe da cidade atende todos os dias. E temos os compromissos nesses atendimentos que são com os indicadores e aí estão os nossos grandes desafios, manter os indicadores sempre em melhores condições. Aí vocês podem perceber, estamos enfrentando um momento de dificuldades, que é um aumento da mortalidade infantil, motivado por diversos fatores. Toda a nossa equipe do comitê de investigação de morte infantil e também da materna, avalia todos os casos das mortes que acontecem em nossa cidade. Uma parte desses óbitos se dá na sua grande maioria por partos prematuros e por partos de crianças que nascem de gestações que são contraindicadas, no caso de gestação de mulheres mais idosas, mulheres com problemas de saúde graves que contraindicam a gestação. A nossa equipe vem trabalhando fortemente para que mudemos essa curva e voltemos a ter a tendência de queda. A nossa cobertura vacinal que é um grande desafio e estamos falando dessa cobertura vacinal há bastante tempo, com todas as medidas que foram adotadas ao longo dos últimos meses, a partir de junho especialmente fizemos vários movimentos de intensificação da vacinação. Estamos chamando a população diariamente para que ela compareça à unidade de saúde para fazer a vacinação. Esse quadro já tem melhora, já apresenta melhora, mas ainda estamos precisando de avanços na

cobertura vacinal de algumas que ainda não chegaram aos indicadores e aos percentuais adequados que a maioria das vacinas, ou seja, 95% de cobertura. No que diz respeito as causas das internações nos nossos hospitais, sempre mostramos essa série histórica que mostra os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 pelos grandes grupos de causas. Aqui podemos observar o impacto forte que tivemos da Covid, que é o primeiro bloco de doenças infectocontagiosas ou infecto parasitárias, onde tivemos no ano de 2021 o maior número de casos de doenças infecto parasitárias, sendo que o percentual maior dessas doenças é de Covid. Já neste ano de 2022 percebemos esse decréscimo bastante expressivo que estamos vivendo. Já as neoplasias, também mantém ali uma quantidade relativamente semelhante ao longo dos anos. As doenças do aparelho circulatório têm uma variação a menor ao longo dessa série histórica, isso é muito positivo e por causas externas estamos observando ali também uma redução importante no ano de 2022, lembrando que naturalmente ainda temos todo este ano a percorrer e precisamos mobilizar todos os serviços de saúde à sociedade, na perspectiva de fazer a prevenção, seja com vacina, seja com os cuidados que a pessoa deve ter, seja com os serviços funcionando para cuidar das pessoas. Na mortalidade esse indicador mostra claramente o impacto do que foi a Covid na nossa cidade. Tivemos ali no ano de 2021 o maior número de óbitos, foram seis mil trezentos e setenta e seis e boa parte do que aconteceu em 2021 (dois mil setecentos e quinze) também diz respeito à Covid. E este ano estamos com esse número já bastante reduzido, diminuindo da casa de mil, então estamos na casa de centenas e se tudo correr bem, conforme temos acompanhado, rapidamente não teremos mais mortes por Covid em nossa cidade ou ela será de tão pequeno impacto que não vai mais aparecer tão fortemente no quadro. As neoplasias mantêm esse número praticamente constante e aí até o final do ano devemos atingir esses valores, além de dois mil e quinhentos casos. As doenças do aparelho circulatório da mesma forma e as doenças ou aquilo que é relativo ao impacto de causas externas, que é a violência, seja acidente de trânsito, a violência interpessoal tem aí esse impacto de todas essas mortes, que consideramos todas elas sendo evitáveis. As nossas auditorias realizadas nesse período foram internas, oito auditorias, que são de monitoramento daquilo que está no nosso Cadastro Nacional de Estabelecimentos e Serviços de Saúde. Acompanhamento da regularidade dos registros dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares dos sistemas de acompanhamento do Ministério, o Sistema de Informação Hospitalar e o Sistema de Informação Ambulatorial e aquilo que está previsto dentro das nossas unidades de pronto atendimento e uma auditoria referente a solicitações e desligamentos do cadastro do Conselho Nacional de Saúde. Tivemos trinta e três auditorias externas, todas elas motivadas por rotina ou aquilo que então seja de demanda de alguma instância da sociedade que nos motivou. São todas essas relacionadas ali, não vou fazer a leitura, estão todas no nosso relatório. Eu trago aqui também um panorama rápido e sintético a respeito dessas duas doenças de preocupação que vivemos, a mais nova delas a chamada varíola dos macacos ou a varíola dos símios, que tem esse nome por causa do vírus que é o monkeypox. Essa é uma tabulação da semana anterior, estamos atualizando todas as quartas-feiras a situação da doença em nossa cidade. Até o momento estamos... Perdão, não é monkeypox aqui, o título está errado, essa aqui é a nossa curva de casos de Covid. Tivemos oito mil quinhentas e dez pessoas que faleceram, hoje estamos com quatrocentos e noventa e seis casos ativos, um dos números talvez mais discretos desde o começo da pandemia e quase lembra o nosso início de pandemia e estamos com muito menos óbitos relacionados. Estamos num momento bastante positivo no que diz respeito a Covid. Uma média diária de cinquenta e nove casos e isso é bastante promissor. Já estamos há vários dias sem pessoas internadas em UTIs na nossa cidade, acho que hoje é o oitavo dia. Hoje não temos ninguém na UTI. Isso é maravilhoso, ninguém precisando de UTI, já hoje no oitavo dia, o que demonstra para nós que a doença parece estar na sua remissão. Agora a monkeypox. Esse é o nosso quadro que é atualizado semanalmente, amanhã teremos uma atualização. Temos cento e vinte e sete casos confirmados. (C) Nessa distribuição geográfica

que olhamos no nosso mapa, as cores mais escuras, o roxo mais escuro é onde temos o maior número de casos. Uma doença que majoritariamente acomete pessoas do sexo masculino, cento e vinte e uma pessoas do sexo masculino e seis do sexo feminino, e essa é uma doença de relativa tranquilidade, porque tem pouco impacto na saúde geral da pessoa. A única grande preocupação é a pessoa se manter no isolamento previsto. Como destaques desse quadrimestre tivemos vários destaques, o nosso aplicativo Saúde Já vem ganhando funcionalidades e vem sendo aperfeiçoado para que possamos colocar esse serviço via aplicativo, o serviço de saúde, na palma da mão do cidadão. Então ampliamos a faixa etária para cadastro obrigatório e senha. Estamos fazendo uma alteração no cadastro do aplicativo Saúde Já para que possamos aumentar as funcionalidades previstas no nosso plano. Encaminhamos os alertas sobre a vacina pendente da Covid, que antes não estava disponível, e é possível a pessoa excluir o seu cadastro no Saúde Já, que não estava disponível antes. Já iniciamos com as nossas equipes um trabalho voltado à prevenção, voltado ao cuidado das pessoas para que elas diminuam o impacto das doenças, fazendo o diagnóstico de doenças que sejam de condições crônicas, como é o caso da hipertensão, e já estamos fazendo esse atendimento das pessoas em nossas unidades de saúde para que diminuamos o quadro de urgência e emergência. Na nossa central Curitiba Saúde Já ou Saúde Já Curitiba, que era coronavírus e que agora se transforma na central Saúde Já Curitiba, que vai permanecer, não deixa de existir, vai continuar funcionando e nós colocamos um serviço de apoio e orientação à amamentação. Então, a mãe que está com alguma dúvida ou alguma dificuldade com a amamentação de seu bebê, pode recorrer ao 3350-9000 e vai receber a orientação por telefone e, quando for o caso, vai encaminhar para o atendimento em uma unidade de saúde. E nesse mês de agosto nós trabalhamos muito a motivação do Agosto Dourado, em referência a importância da amamentação como uma das formas de obter mais saúde para as nossas crianças. Entregamos setenta e cinco equipamentos que foram adquiridos com recursos de verbas dos parlamentares que destinaram ao Sistema Único de Saúde recursos para que pudéssemos aperfeiçoar os equipamentos das nossas UPAs, do SAMU e do Hospital Municipal do Idoso Zilda Arns. Na área de recursos humanos, como eu falei, estamos com um concurso público para selecionar duzentos e cinquenta e três profissionais da área de saúde. Tivemos a nomeação de novos profissionais enfermeiros, foram vinte e dois, dois engenheiros civis, três biólogos e ainda estamos fazendo a contratação. Neste quadrimestre contratamos setenta e cinco profissionais técnicos de enfermagem e enfermeiros, na modalidade Processo Seletivo Simplificado, enquanto o nosso concurso não for realizado para que possamos chamar os concursados. Fizemos a comemoração da Semana da Enfermagem, uma equipe que é bastante importante dentro do funcionamento do Sistema Único de Saúde, e a nossa central Saúde Já ultrapassou, no meio de julho, quinhentos mil atendimentos desde o seu início, no dia 12 de março de 2020, essa central que pretendemos que cada vez mais ganhe funcionalidades para atender ao cidadão de uma forma mais ágil, eficiente, que amplie o acesso. Fizemos uma adequação do espaço físico, ela funciona dentro do prédio da Secretaria Municipal da Saúde e fizemos uma importante adequação do espaço físico para melhor proporcionar as condições de trabalho para a nossa equipe nesse atendimento por telefone, com atendimento telefônico e vídeo consultas. Fizemos vários momentos de mobilização e intensificação das vacinas, dias D, sábado, ampliação dos horários, que foi o motivo pelo qual conseguimos ampliar a cobertura vacinal dos indicadores que estamos perseguindo. Também estamos trabalhando fortemente com a situação da dengue em nossa cidade. O nível de infestação do mosquito é alto em nossa cidade e preocupante. Estamos trabalhando com mutirões em todas as dez Regionais, fazendo a remoção de entulhos, com a Secretaria de Meio Ambiente, e adquirimos recentemente drones que apoiam a verificação de áreas onde não é possível conseguir adentrar com a nossa equipe. Hoje temos como recurso o drone, que pode avaliar a condição dos imóveis e dos terrenos que não estejam sendo cuidados. Fomos premiados em dois momentos importantes no Congresso Nacional

de Secretarias Municipais de Saúde do ano de 2022, no mês de julho, em Cuiabá. Tivemos a nossa experiência "Intensificação do Tratamento do diabetes de pessoas entre quarenta e cinquenta anos", um reconhecimento nacional nessa 17ª Mostra "Brasil aqui tem SUS", esse Congresso Nacional de Secretarias Municipais; e tivemos os trabalhos da Fundação e de Curitiba no Prêmio Inova Paraná, no 6º Congresso Paranaense de Saúde Pública, que também aconteceu nesse mês de julho de 2022. Nossas equipes, quando se dispõem a fazer compilação daquilo que fazem, sua experiência de cada um dos setores, quer dizer, a equipe se dispõe a relatar e colocar como possibilidade de receber e ser premiada, e é um valoroso trabalho da nossa equipe. Fizemos diferentes processos de capacitação. Precisamos manter a nossa equipe sempre contextualizada, atualizada no que diz respeito àquilo que se espera do seu trabalho. Fizemos várias capacitações, estão listadas aí, não vou entrar nos detalhes. Uma delas eu quero só destacar que é o trabalho do uso racional dos antimicrobianos, porque a indústria brasileira sofre um quase colapso, posso dizer assim, com alguns medicamentos e alguns insumos farmacêuticos importantes para o funcionamento dos serviços de saúde. Especialmente os antibióticos, é uma preocupação bastante grande, então trabalhamos muito com a nossa equipe uma boa e melhor prescrição do uso desses medicamentos e inclusive uma seleção de priorização em substituição a antibiótico que esteja faltando. Não é o caso no momento, mas estamos nos prevenindo de problemas que podemos vir a ter com isso. Trabalhamos fortemente com a nossa equipe motivando para a redução, tudo aquilo que é preciso fazer para a redução da mortalidade infantil e materna. Então, temos trabalhado bastante com as nossas equipes nessa perspectiva. Quero, por fim, antes de passar para os agradecimentos, fazer também uma contextualização, que é importante que os Vereadores provavelmente estejam acompanhando, que diz respeito ao piso nacional da categoria dos profissionais da enfermagem, uma lei que mudou, emenda constitucional, que mudou o piso e estabeleceu um piso novo para a enfermagem. Muito justo, muito adequado, porém carecendo de indicação de fontes de financiamento para a implantação desse novo piso da enfermagem. E hoje essa emenda constitucional e a lei federal que estabeleceu esse novo piso está em processo de suspensão, avaliada no Supremo Tribunal Federal onde então os ministros votaram, na sua maioria, para que nesses próximos, eram sessenta dias, agora já devem ser uns cinquenta dias, seja viável a identificação dos recursos suficientes para atender nacionalmente Municípios, Estados e União e todos os prestadores dos serviços de saúde desse nosso Brasil. E na nossa cidade todo esse aporte de recursos é bastante significativo e inviável para os cofres do Município absorverem essa despesa. Já estamos com uma previsão orçamentária para o próximo ano, no projeto que está sendo encaminhado à Câmara, teve audiência pública ontem, de 23% do orçamento do Município. Ou seja, é bastante difícil para o Município absorver esse impacto financeiro. Mas entendo que devemos juntos ao Governo Estadual, ao Governo Federal e aos legisladores, sejam eles os deputados e senadores do Brasil, lutar para que então esses recursos sejam viabilizados de forma a atender essa justa reivindicação da categoria da enfermagem. Dito isso, eu agradeço a compreensão de vocês à minha apresentação e mais uma vez repito, a honra e o orgulho que tenho aqui de representar a nossa equipe da Secretaria Municipal da Saúde e do SUS de Curitiba. Muito obrigada a todos. (Palmas). A SRA. PRESIDENTE:- Nós que agradecemos, Secretária Beatriz. Quero fazer menção do Marcio Camargo, que é o chefe do Núcleo Financeiro da Secretaria da Saúde; Juarez César Zanon Júnior, chefe de gabinete; Juliano Schmidt Gevaerd, superintendente executivo; Dr. Alcides Souto de Oliveira, diretor do Centro de Epidemiologia, que me ajudou muito no tempo de pandemia para trazer informações à minha comunidade; Cleverson Fragoso, diretor da Atenção Primária à Saúde; Jane Sescatto, diretora do Centro de Controle, Avaliação e Auditoria; Dra. Flávia Celene Quadros, superintendente de gestão; Katiuscia Vanessa Schiontek, diretora do Sistema de Urgência e Emergência; Rosana de Lourdes Rolim Zappe, diretora do Centro de Saúde Ambiental; Oksana Maria, diretora do Centro de Assistência à Saúde; Pedro Henrique de Almeida,

diretor do Sistema de Urgência e Emergência de Curitiba; e os que não estão aqui citados também se sintam em casa e são bem-vindos a essa prestação de contas. Muito obrigada, Secretária, foi muito tranquila, falou em um tempo recorde. Muito obrigada pela sua palavra. Com a palavra o Sr. Marcio Camargo. O SR. MARCIO CAMARGO:- Bom dia a todos. Meu nome é Marcio Camargo, sou o chefe financeiro da Secretaria Municipal da Saúde. Vou fazer a apresentação dos números da receita e da despesa nesse período do segundo quadrimestre. Como o material foi encaminhado com antecedência, vou fazer a leitura apenas do total que segue em destaque. Primeiramente as receitas por origem - grupos de recursos. Atenção básica, quarenta milhões quinhentos e quarenta e sete mil novecentos e noventa e cinco reais e vinte e um centavos; média e alta complexidade, trezentos e onze milhões trezentos e noventa e um mil duzentos e quarenta reais e nove centavos; vigilância em saúde, três milhões trezentos e oitenta e um mil trezentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos; assistência farmacêutica, quatro milhões trezentos e setenta mil trezentos e quatro reais e trinta e dois centavos; gestão SUS, quinze mil oitocentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos; transferências estaduais, trinta e cinco milhões duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e dez reais e cinquenta e oito centavos; receitas diversas, vinte e quatro milhões quinhentos e dez mil seiscentos e noventa e um reais e quarenta e três centavos; transferências financeiras do Tesouro Municipal, trezentos e noventa e dois milhões seiscentos e oitenta e um mil novecentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos; total das receitas orçamentárias, oitocentos e doze milhões cento e sessenta e quatro mil oitocentos e oito reais e trinta e três centavos. Esse é o mapa visual dessa execução, apenas a título de ilustração. Receitas por Componentes. Transferências Federais, em destaque bem ao alto, total do segundo quadrimestre, trezentos e cinquenta e quatro milhões setecentos e seis mil setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e quatro centavos; transferências estaduais, trinta e cinco milhões duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e dez reais e cinquenta e oito centavos; receitas das aplicações financeiras... O Sr. Sergio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Com licença... Desculpe, só gostaria de saber qual a página, para podermos acompanhar, por favor. É a página trinta e seis? A SRA. BEATRIZ BATTISTELLA NADAS:- (L) Está na página do relatório, página trinta e cinco inicia a parte financeira. Ok? O SR. MARCIO CAMARGO:- Continuando, transferências estaduais, então, trinta e cinco milhões duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e dez reais e cinquenta e oito centavos. Nas receitas das aplicações financeiras, nove milhões dezessete mil cento e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos; receitas diversas, quinze milhões quatrocentos e noventa e três mil quinhentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos; transferências financeiras do Tesouro Municipal, trezentos e noventa e dois milhões seiscentos e oitenta e um mil novecentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos. E o total das receitas orçamentárias de oitocentos e doze milhões cento e sessenta e quatro mil oitocentos e oito reais e trinta e três centavos. Das despesas pagas por grupos: atenção básica, quarenta e dois milhões quinhentos e treze mil duzentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos; média e alta complexidade, trezentos e cinquenta e sete milhões novecentos e oitenta e quatro mil novecentos e cinco reais e oitenta centavos; vigilância em saúde, três milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil duzentos e quarenta e três reais e noventa centavos; assistência farmacêutica, dez milhões oitocentos e setenta e nove mil quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta e três centavos; investimentos, um milhão cem mil setecentos e cinquenta e dois reais e sete centavos; recurso do tesouro, quatrocentos e quatro milhões setecentos e trinta e quatro mil seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos; outras fontes, cinco milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e dezoito reais e oitenta e três centavos. Total pago das despesas orçamentárias, oitocentos e vinte e seis milhões duzentos e vinte e sete mil seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos. Despesas pagas por categoria econômica: despesas correntes, total do quadrimestre, de oitocentos e vinte milhões duzentos e cinquenta e sete mil duzentos e oitenta e seis reais e dezesseis centavos; despesas de capital,

cinco milhões novecentos e setenta mil trezentos e noventa e dois reais e vinte e seis centavos. Total pago orçamentário, oitocentos e vinte e seis milhões duzentos e vinte e sete mil seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos. Próximo slide. Esse quadro traz o detalhamento de toda a execução dessa despesa, por tipo de despesa, então, lá bem ao final, bem embaixo, o valor total pago é de oitocentos e vinte e seis milhões duzentos e vinte e sete mil seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos nesse quadrimestre. O balancete financeiro do período, iniciamos o período com duzentos e quarenta e nove milhões dezessete mil seiscentos e setenta e sete reais e dezenove centavos, finalizamos esse período com duzentos e trinta e quatro milhões novecentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e sete reais e dez centavos, que passa para o próximo, a execução. Do total das receitas para apuração da aplicação em ações e serviços públicos de saúde, total arrecadado é de quatro bilhões trezentos e dezenove milhões trezentos e trinta e um mil quinhentos e vinte e oito reais e noventa e seis centavos. Total das receitas com ações e serviços públicos de saúde, são os recursos próprios, despesa de oitocentos e vinte e seis milhões setecentos e vinte e nove mil quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos, que perfaz um percentual de aplicação em ações de serviços públicos de saúde com despesas liquidadas de 19,14%. Essa é a apresentação, se alguém tiver alguma dúvida, estamos à disposição. A SRA. PRESIDENTE:- Muito obrigada, Marcio, pela explanação. Agora sim, nós solicitamos aos Vereadores que desejam se manifestar que façam suas inscrições nesse momento pelo sistema de votação do Plenário. Inscrição é na audiência pública, prestação de contas. Então, vamos iniciar, primeiramente, com os Vereadores da Comissão de Saúde. Eu quero iniciar aqui, Secretaria. Eu tenho algumas questões bem pontuais, a senhora falou de uma situação, mas eu quero avaliar, perguntar como está sendo feito. Nós recebemos aqui três hospitais da cidade de portas abertas, filantrópicos. A preocupação, e a senhora já também demonstrou preocupação, eles, inclusive, disseram que foram até a senhora e a senhora também demonstrou uma preocupação, porque nós temos dois lados distintos, a valorização do profissional no piso salarial e as dificuldades dos hospitais e das instituições, em especial, a filantropia. O que a Secretaria está estudando dentro desse contexto, e também nessa previsão orçamentária de 23% para o ano que vem, dar um suporte? Porque nós estamos vendo um impasse de suspensão neste momento, mas é possível que haja um desenrolar. A fala que nós temos ouvido, Secretaria, quando vão ao Governo Federal, eles dizem: nós estamos ajudando muito, então, agora é a vez do Estado e do Município, nessa previsão de aumento de repasse a essas instituições. Outra pergunta, também inclusa, é sobre os agentes de endemias e os agentes comunitários. Como é que está sendo feita a questão, também, de um direito que eles adquiriram agora, e como que está essa questão desse processo de atualização do plano de carreira deles? Outra pergunta, Secretaria, nós estivemos, inclusive, quero agradecer a Secretaria que sempre está disposta a nos ouvir quanto Comissão de Saúde, a questão dos profissionais do SAMU. Nós entendemos que a empresa abandonou o serviço e vocês acabaram assumindo a responsabilidade de dar uma resposta a eles. É uma pergunta dos próprios profissionais da área do SAMU que, às vezes, na ponta não têm informação e a senhora poderia nos passar nesse sentido. Outra pergunta, Secretaria, é em relação à saúde mental. Eu estou muito preocupada, a Flávia fazia esse trabalho, e a que está fazendo agora, também com muita excelência, é muito complexo, sabemos disso, mas, por exemplo, Secretaria, ontem eu recebi à meia-noite uma ligação de uma vizinha dizendo: o meu pai está doente, minha mãe está doente com tratamento psiquiátrico, porque tem um filho com problemas mentais sérios e que não sabem mais o que fazer. Tem um internamento através do SUS, internamento contínuo? Então, eu queria que a senhora nos passasse essa informação, como Secretaria de Saúde, como é que está sendo feita essa questão. Sei que tem uma rede, mas o que dizer para essa pessoa que precisa de internamento contínuo, mas não tem dinheiro para internamento numa clínica particular, que tem toda segurança para essa pessoa não sair de lá e está correndo

risco de vida dentro da sua própria casa? Eu preciso de uma situação como essa, quero parabenizar, Secretária, o grupo de vocês, a moça que está na frente, a Cris Razera, que fez um trabalho com excelência, eu senti na pele o trabalho de eficiência da Secretaria. Eu quero elogiar. Mas o contexto geral, a demanda, como é que está sendo feita essa questão de saúde mental, que também envolve drogas e álcool, que é a nossa área em especial, pessoas em situação de rua? Muito obrigada. Agora passo a palavra ao próximo inscrito, Vereador Marcelo Fachinello. O SR. MARCELO FACHINELLO:- Obrigado, Vereadora Noemia, bom dia a todos, cumprimentando a nossa Secretária, cumprimento todos os servidores da Secretaria Municipal da Saúde. A Vereadora Noemia falou, a senhora também passou ali rapidamente sobre a questão do piso da enfermagem. Gostaria de me aprofundar um pouco mais sobre esse assunto. Secretária, a tendência é que essa discussão volte somente depois das eleições ao Senado, por enquanto a situação ainda está em suspenso por uma decisão judicial, mas ontem, além dessa possibilidade de depois das eleições que acontecem nesse final de semana, essa discussão voltar ao Congresso Nacional. Ontem o Senador Jean Paul, do PT do Rio Grande do Norte, e mais vinte e sete senadores fizeram uma proposta de emenda à Constituição para que recursos do chamado orçamento secreto, podemos dizer assim, são emendas do relator, pudessem ser destinados para apoiar os entes públicos e hospitais filantrópicos no pagamento desse piso. A estimativa dessa proposta de emenda à Constituição é de cerca de dez bilhões de reais. Mas ela é muito clara, ela fala apenas no orçamento do próximo ano, de 2023. Não se sabe se em 2024 isso seria garantido, se em 2025 isso seria garantido. Como a senhora mesmo disse, é algo que é uma reivindicação justa, obviamente, mas que vem de cima para baixo e que tem um impacto direto nos Estados, nos Municípios, e mais o efeito cascata. Se esse valor não vier do Governo Federal seja no próximo ano, ou então nos anos seguintes, o Município teria condições de arcar com essa situação? Que impacto financeiro, se já há uma estimativa, isso teria nos cofres públicos? E que tipo de impacto, como a senhora mesmo falou aqui, em efeito cascata teria para outras categorias, por exemplo? Obrigado. A SRA. PRESIDENTE:- O próximo inscrito é o Vereador João da 5 Irmãos. O SR. JOÃO DA 5 IRMÃOS:- Bom dia a todos. Cumprimento a Secretária e toda a equipe valorosa da Saúde da nossa cidade. Também parabenizar essa Comissão por ter sempre feito visitas em locais, a Secretaria também nos recebendo lá com pautas de mandato e também pautas da própria Comissão. Nossa pergunta aqui é em relação à quinta página ali do demonstrativo. Eu verifiquei, vinte e seis mil e noventa trabalhadores que são contratados. Queria saber quais as funções, as principais funções desses trabalhadores, quais as funções eles exercem e quantas empresas, aproximadamente, estão prestando serviço para o nosso Município? Essa é uma pergunta. Outra: em relação à saúde preventiva, quais as principais ações que a Secretaria está realizando? E se tem, por exemplo, uma parceria com a SMELJ trabalhando com essa informação da importância do esporte na prevenção da saúde? Seria isso, obrigado. A SRA. PRESIDENTE:- Muito obrigada, Vereador. A cada três perguntas daremos a palavra à Secretária Beatriz. A SRA. BEATRIZ BATTISTELLA NADAS:- Muito obrigada. Vereadora Noemia, e já falando da pergunta do Vereador Fachinello, quando a Vereadora pergunta a respeito de como é o impacto aos hospitais sobre essa questão do piso da enfermagem. Hospitais, que são os hospitais que compõem a rede SUS, que são hoje na nossa cidade todos os hospitais filantrópicos. Os hospitais passaram para nós qual é o impacto, o valor financeiro deste impacto, e este valor para a Prefeitura Municipal de Curitiba vai importar no valor de duzentos milhões de reais ano, só dos prestadores. Não se contou aí os valores... Só um pouquinho, não é isso, o valor total é de duzentos e quinze milhões, vou fazer a conta inversa, duzentos e quinze milhões, sendo que oitenta e cinco milhões é o impacto na Prefeitura com servidor público municipal, dez milhões com os aposentados, porque há um reflexo naqueles aposentados que têm garantida a paridade com os funcionários ativos, e os outros cento e vinte milhões que são para os prestadores. Então, esse valor, se não estou errada na conta,

dá duzentos e quinze milhões de reais. Esse é um valor que, para acrescer ao orçamento da Saúde, é um valor que vai tirar dinheiro de outras políticas municipais. Então, isso que eu falo da importância de que o financiamento do piso da enfermagem tem que ser tratado pelos três entes da Federação. Quando o Ministério da Saúde diz assim: nós já financiamos. Aí temos que entender claramente como funciona o financiamento do SUS. Financiamento do SUS tem o regramento, que não foi estabelecido agora, ele já foi estabelecido em leis, que são específicas, que diz que é tripartite. Ao Governo Federal cabe quase a totalidade daquilo que está previsto das ações de média e alta complexidade, que quando o Marcio apresenta os valores, é visível ali o quanto é esse quantitativo de recursos. Esse é o maior volume de recursos, é a parte mais cara do sistema. E isso está na previsão de o orçamento da União fazer esse aporte de recursos financeiros, com algum aporte de recurso do Governo Estadual. Ao Governo Municipal cabe a responsabilidade maior, majoritária, daquilo que diz respeito à atenção primária em saúde. Quando qualquer ente, seja o Município, o Estado ou a União, diz que o financiamento é tripartite, mas que já fez o seu máximo, nós estamos diante de uma realidade difícil da sociedade, que vai precisar optar para que caminho vai seguir. Porque saúde custa caro, e hoje o impacto na rede, no atendimento à saúde não diz respeito tão somente ao impacto do salário do piso, da implantação desse piso da enfermagem, mas da inflação. Uma inflação que no País tem volumes expressivos nos dias de hoje, mas a inflação praticada, ou vivenciado no setor saúde, é maior do que a inflação, vou chamá-la de ordinária. E isso tem impactado (K) fortemente toda a rede hospitalar aqui na nossa cidade, e no Brasil como um todo, e isso é um problema, nós vamos ter que achar dinheiro. E aí quando os senadores se propõe a pegar recursos que sejam daquilo previsto das emendas de relator é importante, porque está indo atrás da definição desse valor. Mas é difícil manter o funcionamento de um serviço de saúde com recursos de emendas que é uma coisa esporádica, é preciso se tornar ordinário, o recurso tem que ser ordinário. Emendas são para aquilo que se costuma pensar de investimento, de algo a mais que seja para o setor. É um caminho, eu acho que talvez seja o caminho viável no momento. Que seja esse então, lógico, não vamos dizer que não precisamos desse dinheiro, porque em um ano as coisas também podem ter outras conotações. Estamos diante de uma nova legislatura do Governo Federal e do Governo Estadual e tudo pode ser, tanto para melhor, quanto para pior, mas vamos torcer para o melhor do Brasil, de forma que possamos ter todo esse recurso disponível para fazer funcionar o sistema com os padrões de qualidade aos quais estamos praticando e estamos sempre buscando. Os agentes comunitários e agentes de endemias nós já implantamos o novo piso salarial destes agentes, assim, tão logo imediato foram definidos os valores e a transferência dos recursos. Neste caso seguiu que o Governo Federal decidiu um novo valor para o piso desses profissionais e transfere recursos para tal. Então, essa foi uma implantação fácil de fazer, não há nenhuma dificuldade. A Vereadora se referiu aqui aos condutores que prestavam serviços a uma empresa que abandonou a operação do Sistema de Saúde, e isso era motivo de muita preocupação e é motivo de muita preocupação por nossa parte, na Secretaria. Nós estamos hoje funcionando o sistema com um novo contrato, com uma nova empresa prestadora de serviços. Boa parte da equipe foi incorporada à operação, então, eles trabalhavam para a empresa que nos abandonou e foram contratados por uma nova empresa. Nem todos puderam ser contratados, por diversas razões, e a operação do sistema continua adequada. Há uma tendência importante com a questão do encerramento de contrato de trabalho e verbas rescisórias desses trabalhadores desta empresa que abandonou a operação, e a Prefeitura está acompanhando isso junto ao Ministério do Trabalho, na Justiça do Trabalho, para que então sejam feitos os aportes de recursos adequadamente para estes profissionais. É importante dizer que nós não temos autonomia para esse processo, nós dependemos daquilo que a justiça consiga evoluir nesse processo e também a questões pendentes a essa empresa. Essa empresa, infelizmente, é uma empresa inidônea que acabou dilacerando esses profissionais quando não cumpriu com os seus compromissos, quando a Secretaria

sempre manteve os compromissos em dia. Esse processo não está finalizado, nós estamos acompanhando junto com a Procuradoria Geral do Município, e o nosso superintendente Juliano Gevaerd tem acompanhado isso de perto. Vereadora, saúde mental e as questões da nossa sociedade e também aquilo que diz respeito ao problema do uso e abuso de drogas e álcool é um problema bastante sério, e nós temos que trabalhar nesse grave problema e complexo problema em diferentes frentes. A rede SUS está preparada, segundo as políticas estabelecidas para o atendimento dessas pessoas com esses tipos de problemas. Então, as nossas Unidades Básicas de Saúde, as nossas equipes do SAMU, das UPAs e da nossa Unidade de Estabilização Psiquiátrica, a Casa Irmã Dulce, estão preparadas para fazer esse primeiro atendimento, essa abordagem nos casos em que há crise e alguma condição urgente de atendimento, e existe a rede contratada hospitalar. Agora, não existe isso, não vai acontecer, Vereadora, porque não está previsto mais na política e na Lei Antimanicomial a questão do internamento *ad aeternum*, ou por todos os tempos. E aí existe um trabalho bastante importante da Prefeitura junto com as nossas equipes de atenção primária, e aí eu vou emendar o que o Vereador João da 5 Irmãos me perguntou de ações preventivas. Curitiba lançou agora, nesse mês de setembro, um novo programa, vamos chamar assim, chamado Viva Bem Curitiba, onde estamos felizmente podendo fazer atividades de lazer, de esporte, de utilização dos espaços públicos com a finalidade de promover saúde para nossa população. Se chama Viver Bem Curitiba. Juntamos os esforços da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, da Secretaria Municipal da Saúde, da Secretaria da Educação, da FAS, da Secretaria do Meio Ambiente, enfim, estamos todos agora tentando retomar uma vida que tivemos que suspender nesse período que foi o da pandemia nos últimos dois anos e meio. E muito importante que as famílias busquem o apoio das nossas equipes naquilo que diz respeito a prevenção, porque o uso e abuso do álcool e da droga não começa grave, ele começa pequeno. E quando ele não é grave, ele pode ainda ser melhor tratado pela família. E as famílias precisam se organizar nesse sentido, que não tem sido muito fácil, mas é nesse caminho que nós temos que trabalhar. E realmente, a nossa equipe de saúde mental, que antes era a coordenada pela Flávia Adachi, hoje é coordenada pela Cristiane Razera, que está presente aqui, nós a chamamos de Cris Razera, que tem feito um excelente trabalho também na coordenação. O Vereador João da 5 Irmãos pergunta a respeito dos vinte e seis mil e noventa profissionais que estavam relacionados. Importante dizer, Vereador, que esses vinte e seis mil e noventa são todos aqueles que trabalham na rede SUS, que não da Prefeitura, que não são da Fundação. São profissionais do Hospital do Trabalhador, do Hospital Cajuru, do Hospital Mackenzie, do Hospital Santa Casa, do Hospital de Clínicas, das clínicas de hemodiálise. São todos aqueles que prestam serviços para o Sistema Único de Saúde. É uma infinidade de carreiras, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, psicólogos, farmacêuticos, enfim, são várias categorias, profissionais da equipe técnica, dentistas, profissionais técnicos de enfermagem. Enfim, é uma quantidade bastante grande, e o Vereador pode consultar o Cadastro Nacional de Estabelecimentos e Serviços de Saúde, que é uma consulta pública que relaciona cada estabelecimento e o que cada estabelecimento tem vinculado ao Sistema Único de Saúde. E mesmo quando ele não é do Sistema Único de Saúde, que ele é sistema privado, também faz cadastro nesse sistema, porque a Agência Nacional de Saúde, que cuida e regula a saúde suplementar no País, também se utiliza desse cadastro. E os contratos da Prefeitura, nós temos contratos com os grandes hospitais, são os quinze maiores hospitais, que chamamos de contratualizados, mas nós temos mais de trezentos contratos entre prestadores de serviços de saúde e fornecedores da Secretaria. Então, nós temos diversos contratos, de diversas naturezas, tudo aquilo que diz respeito ao funcionamento e suprimento de insumos para o funcionamento das nossas unidades de saúde, bem como aquilo que atende a toda rede SUS na nossa cidade. A SRA. PRESIDENTE:- Obrigada, Secretaria. Só pontuando a questão dos hospitais, estiveram aqui o Hospital Mackenzie, o Cajuru e o Hospital Pequeno Príncipe, que são portas abertas. O que

nos preocupou, e eu quero pontuar aqui com vocês, é a preocupação desse estudo para ajudar esses hospitais, porque eles falaram, "se nós fecharmos o pronto-socorro, Secretaria, nós vamos resolver uma questão interna de impacto financeiro dentro dos hospitais, e para a Prefeitura absorver isso, a senhora confirma que seria um custo muito mais elevado"? A SRA. BEATRIZ BATTISTELLA NADAS:- Sim, é um custo bastante elevado, é uma preocupação, estive conversando com todos esses diretores de hospitais, estamos conversando sistematicamente. Semana passada recebemos o superintendente, presidente do Hospital Erasto Gaertner, com todos eles nós estamos conversando, e temos recorrido, tanto ao Governo Federal, quanto ao Governo Estadual para apoiar financiamento e ampliação de recursos para o Sistema Único. Agora, é importante que as pessoas compreendam que no Sistema Único de Saúde existe já um recorte de financiamento e uma previsão de como se remunera o Sistema Único de Saúde. E para isso mudar nós precisamos de bastante trabalho. Não há um passe de mágica, não é só colocar mais dinheiro no serviço, primeiro porque o dinheiro hoje é um, sempre foi um recurso bastante escasso e que é preciso muito cuidado, até para que seja sustentável. Não adianta querer fazer um aporte de recurso por um tempo e depois não conseguir manter, não conseguir fazer a manutenção disso. E repito, na composição tripartite do Sistema de Saúde do Brasil ao município a responsabilidade maior diz respeito à atenção primária em saúde, à vigilância epidemiológica, à vigilância sanitária e aos Estados e Municípios, e especialmente à União, na sua forma maior, mais consistente, diz respeito ao atendimento de média e alta complexidade. É de lá que tem que vir recursos para aportar. E uma das discussões que é feita no cenário brasileiro, importante, é o financiamento desta média e alta complexidade a partir do que existe numa tabela. Essa tabela do Sistema Único de Saúde é uma tabela que não sofre reajuste há mais de quinze anos fácil, só assim rapidamente pensando. E aí, quinze anos se passaram, a população aumentou, a população tem outras necessidades, tem necessidades mais complexas, a inflação da saúde, enfim, tudo gira num combinado de fatores que eu falo que fazer saúde pública com os recursos que temos disponíveis é realmente uma grande arte para manter e funcionar o sistema com toda a prestação de serviço e o compromisso com os resultados para mudar os indicadores. A SRA. PRESIDENTE:- Muito obrigada, Secretaria. Próximo inscrito, Vereador Pastor Marciano Alves. O Sr. Pastor Marciano Alves:- Bom dia, Secretaria. Bom dia à sua equipe, aos Vereadores e servidores desta Casa. Eu só quero agradecer, Secretaria, pela dedicação, na sua fala, em relação aos diretores dos hospitais. Realmente, estiveram aqui e nos preocupou, e a sua fala foi importante em atender esse pessoal. Eu sou bombeiro civil e como bombeiro trabalho na prevenção. Então, parabéns por os atender, e achamos uma alternativa em relação ao futuro. Em relação as cirurgias eletivas, como é que está o procedimento aqui na nossa Capital? Seria essa a minha pergunta e o agradecimento por atender os diretores dos hospitais que vieram a esta Casa buscar um grito de socorro, e uma audiência com o Prefeito desta Capital. Obrigado. A SRA. PRESIDENTE:- Muito obrigada, Vereador Pastor Marciano. Próximo inscrito, Vereador Salles do Fazendinha. O Sr. Salles do Fazendinha:- Bom dia, Secretaria. Em seu nome eu quero desejar um bom dia a toda sua equipe presente aqui, agradecer pela presença de cada um. Em nome da Vereadora Noemia que preside com sucesso essa Sessão quero cumprimentar todos os Vereadores e as demais pessoas que nos acompanham. Secretaria, eu queria fazer três questionamentos que chegaram até esse Vereador. O primeiro é sobre a reforma estrutural na Unidade de Saúde Vila Estrela, que estava prevista e está para acontecer. O segundo questionamento é uma observação à Secretaria de Saúde sobre a Unidade de Saúde Santa Amélia. Os usuários chegaram até esse Vereador para reclamar da falta de alguns medicamentos básicos, inclusive problemas até com medidores de pressão, falta de pilha, bateria, etc. Então, eles estão com problemas precários lá com essa falta de medicamentos básicos e nessas situações aí. E a terceira pergunta que eu também já faço nessa terceira audiência, e você sabe qual vai ser, e tomara que dessa vez tenhamos aí uma resposta convicta e precisa de

uma previsão. A população quer saber quando vai ser reaberta a UPA Fazendinha, porque eles não aguentam mais a agonia da falta desse socorro para aquelas pessoas que precisam daquele serviço. E até então ocupados com aquelas questões da Covid e do Hospital do Idoso, eles perderam esse atendimento. E eles precisam desse atendimento urgente, o mais rápido possível, eles não aguentam mais esperar. Tem uma previsão exata para reabertura da UPA Fazendinha, Secretaria? A SRA. PRESIDENTE:- Muito obrigada, Vereador. Próxima inscrita, Vereadora Professora Josete. A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos e todas presentes, equipe da Secretaria de Saúde, Vereadoras e Vereadores e população que nos acompanha pelas redes sociais. Bem, primeiramente eu gostaria que a prestação de contas pudesse chegar com antecedência para nós, porque nós recebemos ontem, e é um relatório imenso. Então, para que possamos fazer uma análise cuidadosa é importante que ela venha com antecedência. Eu tenho alguns questionamentos. Uma das coisas que nós observamos, inclusive foi notícia na imprensa, é a baixa cobertura vacinal, principalmente da pólio. (V) Matinhos e Curitiba são os municípios que têm um percentual menor da vacinação. Isso nos preocupa bastante. A outra questão diz respeito à UPA do CIC. Nós sabemos que foi encerrado o contrato com o INC, e o que temos observado, o que tem chegado para nós é que diversos trabalhadores ainda não receberam as suas rescisões de contrato, nem todos os seus direitos trabalhistas. Alguns receberam parcialmente, outros não receberam absolutamente nada. Então, qual será a medida que o Município de Curitiba tomará para resolver essa situação? Outra questão é em relação à Maternidade Bairro Novo. Qual é a perspectiva do Executivo, da Secretaria Municipal de Saúde, de retomarem o trabalho que é a natureza da maternidade? Então, é uma questão que tem sido debatida no Movimento de Mulheres, e que julgamos muito pertinente a retomada, já que era um serviço de excelência, com prêmios, enfim, entendemos que é um direito dessas mulheres ao parto humanizado. E em relação aos recursos para a saúde, concordo com a Secretaria aqui, não há um ajuste na tabela do SUS há muito tempo, mas isso se agravou com a emenda do teto, a Emenda 95. Então, acho um absurdo que haja congelamento dos recursos para políticas públicas por vinte anos. Acho que está na hora de todos os setores, tanto saúde, educação, assistência, enfim, os gestores do Poder Público façam um esforço para reverter essa situação. Seria isso, obrigada. A SRA. PRESIDENTE:- Secretaria com a palavra. A SRA. BEATRIZ BATTISTELLA NADAS:- Pastor Marciano, com relação aos hospitais, acho que já deixa clara a situação. Com relação às cirurgias eletivas, estamos retomando todo o trabalho, não há mais restrição no nosso sistema. Tivemos que fazer restrições nos períodos mais críticos da pandemia, das cirurgias e dos procedimentos eletivos, e isso já está suspenso, então todos os prestadores retornam com as suas atividades eletivas. Temos sim um volume grande de pessoas que estão com os seus procedimentos já há bastante tempo indicados e, para tanto, estamos com algumas especialidades já realizando, e há outras em programação de mutirões para que tenhamos uma celeridade no andamento. Claro que atender pessoas é muito delicado, precisa ter toda atenção. Mas estamos então retomando, aos poucos a cidade vai voltando ao seu normal. E aí, aproveito para responder ao que o Vereador Salles do Fazendinha nos pergunta, a respeito da UPA Fazendinha. Vou responder primeiro a última, depois retorno às outras, porque emenda um pouquinho nesta questão do momento. Em maio deste ano na nossa cidade estávamos começando o período de inverno e tivemos uma elevação bastante consistente, apresentei isso aqui na audiência passada, do problema de urgência/emergência para as crianças menores especialmente, aí fizemos um ajuste no sistema. O que é fazer um ajuste no sistema? Organizamos o sistema para funcionar naquilo que é a responsabilidade de alguns pontos de atenção, para que ele passe a fazer um enfrentamento específico. Então, na ocasião fizemos com que a nossa Maternidade do Bairro Novo, conforme a própria Vereadora Josete faz a pergunta aqui, passasse a atender as crianças, e a UPA Fazendinha fazer o que chamamos de retaguarda aos pacientes adultos. Muito bem, melhorada a questão das crianças - passamos ali maio, junho e um pedaço de

julho com uma pressão bastante grande, uma demanda muito forte de crianças que estavam tendo problemas, necessitando de internamento - houve uma diminuição dessa fase, felizmente. Mas os adultos, e aí misturando ainda um pouco de problemas respiratórios e problemas chamados clínicos, que daí não são os respiratórios, são de outras naturezas, precisamos fazer outro ajuste no sistema, e colocamos a Maternidade Hospital do Bairro Novo como uma unidade de retaguarda deste paciente adulto, assim como a UPA Fazendinha. Esta situação perdura até o momento, em que ainda há necessidade. Embora já tenhamos retomado o atendimento eletivo, ainda há necessidade desses apoios de retaguarda no sistema hospitalar convencional. Vou chamar então toda a outra rede de hospitais para que tenhamos condições de atender as pessoas. Quando que termina isso? Vereador, juro que não tenho essa informação, porque ela não depende de nós, ela depende da epidemiologia, daí que está acontecendo em nossa cidade. O cenário está mais favorável, falei aqui, não estamos com ninguém na UTI por conta da Covid, graças a Deus esse momento está chegando. Mas não é que a UTI esteja vazia, ela está cheia de gente lá com outros problemas de saúde. Essa concorrência que tínhamos anteriormente, Covid pressionando fortemente o sistema e outros problemas de saúde, conviveram por dois anos e meio, e muita gente foi atendida nesses espaços. Acontece que aquelas pessoas que não tinham indicações de atendimentos que fossem de maior impacto, maior gravidade, foram agravando, e isso fez com que aumentasse essa demanda por procedimentos hospitalares. Então, estamos ainda numa fase de transição. A UPA Fazendinha voltará a fazer o atendimento da população daquele entorno ali. No momento as nossas Unidades de Pronto Atendimento, as outras sete, oito unidades, estão fazendo atendimento normalmente da população, inclusive da população do Fazendinha. Estamos conseguindo ter um funcionamento do sistema em que não há uma espera prolongada, uma demora no atendimento, em função da quantidade de pessoas. Mais um pouquinho de paciência. Acho que ainda este ano retomaremos o funcionamento da Unidade do Fazendinha. E aí aproveito, só para fechar o assunto para a Vereadora Josete, que pergunta da Maternidade do Bairro Novo. Ela está neste contexto. Tivemos que fazer o que chamamos de modulação do sistema do fluxo de pessoas, onde elas são atendidas, quem faz o quê, em que momento, em que diagnóstico, em que situação, para podermos atender todas as pessoas que precisam. Isso tudo tem protocolo de segurança. A nossa equipe da Unidade de Pronto Atendimento e do SAMU tem toda uma avaliação criteriosa de cada caso, para onde que vai, se vai ficar internado na UPA, se a UPA consegue fazer o atendimento, se vai ficar internado num hospital de menor complexidade, se pode ficar, porque tem segurança para isso. E quando a pessoa precisa, tem uma indicação de uma situação mais crítica, ela tem que acessar, ela tem que ter espaço para ser atendida naquele hospital de maior complexidade, onde estão os recursos assistenciais previstos para o atendimento. Quando que a maternidade retorna? Da mesma forma que a história da UPA Fazendinha, ela fica nesse nosso mecanismo de modulação do sistema e do funcionamento do atendimento, que é a área de urgência e emergência. A Sra. Professora Josete:- Secretária, me desculpe, mas só assim, um raciocínio, não seria possível que o atendimento que hoje é realizado na maternidade e na UPA, temos diversos hospitais que têm convênio com o Município, por que não ampliar esse convênio e realmente fazer o atendimento, e que esses espaços voltem a fazer o trabalho que originalmente tinham, como enfim, parte da rede, no atendimento à maternidade e urgência e emergência? A SRA. BEATRIZ BATTISTELLA NADAS:- Vou fazer um comparativo para, mais ou menos, tentar explicar quando falamos que está modulando o sistema. Todo mundo aqui na cidade sabe que o nosso trânsito às seis horas da tarde é bastante intenso, muito carro na rua. Quando acontece um acidente na Visconde de Guarapuava parece que a cidade inteira fica sabendo, fica todo mundo meio parado aqui nesta região central por causa, às vezes, de um acidente, ou na Linha Verde tem um acidente, parece que em toda aquela região fica bastante demorado o trânsito. Da mesma forma funciona o nosso sistema de internamento, todas as vagas

disponíveis, falei ali, não sei se perceberam, duas mil quinhentas e noventa e sete pessoas todo dia estão internadas. Não temos espaço sobrando em que: "Ah, então agora vamos fazer". O espaço que tem é esse, está sendo plenamente ocupado pelos diferentes problemas. E veja, não é uma coisa só da urgência/emergência. Falamos da urgência/emergência e falamos daquilo que é o eletivo. A pessoa que precisa fazer um procedimento cardíaco, aquela pessoa que precisa fazer uma cirurgia por uma cólica renal, ela tem que ter espaço nesses hospitais. Então, esse sistema tem essa complexidade. Temos que identificar tudo que está acontecendo naquelas cinquenta e três mil pessoas que conseguimos ver todos os dias, identificar quem que tem que vir para cá, quem que vai para lá e quem que vem para cá, por quê? Porque temos que mandar as pessoas para os lugares adequados. Se houvesse esse espaço, lógico que não iríamos estar usando a maternidade para isso. As maternidades que compõem a nossa rede hoje estão dando conta. Tivemos uma redução importante dos nascidos vivos na nossa cidade. A cada ano menos mil e duzentas crianças nascem na nossa cidade e isso faz com que haja uma diminuição do número de partos. A Maternidade Mater Dei fazia quatrocentos partos, hoje ela está fazendo duzentos e cinquenta. Por que ela está fazendo menos partos? E porque ela não quer fazer? Não, é porque tem menos partos acontecendo na cidade, porque estão nascendo menos crianças. Então, esse sistema tem toda uma organização, ele é uma organização complexa, não é uma coisa assim: "Ah, põe ali, faz aqui". Não. Porque temos que identificar toda a demanda, priorizar aquelas situações em critérios clínicos e de segurança, porque senão as pessoas morrem. O SAMU, quando atende, tem meta para atender, que se não chegar em tempo, se não levar ao recurso assistencial, a pessoa morre. Então, esses são fatos que precisamos levar em consideração. E vamos retornar sim com a Maternidade Bairro Novo, e ela ainda vai passar por uma boa reforma para poder voltar a ser a maternidade, que é de excelência. A reforma da Unidade Estrela já está... fizemos um processo, Vereador, foi feito um processo licitatório que deu deserto por conta de valor. Pusemos um valor e o mercado não concordou com o valor, ninguém compareceu para fazer a prestação de serviço. Então, já estamos atualizando o orçamento, mais custo para o sistema, para poder fazer a contratação da empresa para fazer a reforma. Então, vai acontecer. Em quinze dias teremos o novo edital aberto, para que as empresas possam se habilitar para fazer a reforma. Na Unidade de Saúde Santa Amélia, faltando algum medicamento ou algum insumo, é uma questão pontual. Hoje nossa lista de itens que não estão sendo fornecidos por qualquer um dos fornecedores está bastante pequena. Vamos verificar pontualmente o que está acontecendo lá na Unidade de Saúde Santa Amélia. Professora Josete ainda. Entregamos a prestação de contas na quinta-feira, dia 22, e a Vereadora Noemia me passa aqui, foi encaminhado aos Vereadores, nos e-mails, na quinta-feira, dia 22. Então, pode ter sido um probleminha de comunicação. A Vereadora fala da cobertura vacinal da pólio, que Curitiba tem uma cobertura nacional pequena, está saindo na mídia. Ontem mesmo fiz uma entrevista a um repórter da Gazeta do Povo explicando. No Brasil e no mundo hoje há uma preocupação com o ressurgimento do vírus da pólio e da paralisia infantil. Isso não está erradicado no mundo, e nos Estados Unidos, em Nova Iorque, houve uma decretação de um estado de alerta em relação à potencial circulação do vírus lá. No Brasil estamos com uma média da cobertura vacinal da pólio inferior aos 95%, que é o previsto. O Ministério da Saúde propôs fazer a campanha de vacinação da pólio, (T) que termina agora nesta semana do mês de setembro. São duas estratégias, importante dizer, a nossa cobertura da pólio está hoje quase 89%, 88,9% de cobertura no esquema vacinal básico. Todas essas crianças estão com a vacinação em dia, menores de um ano tem três doses dessa vacina, que é uma vacina chamada VIP que é por injeção. Na campanha que o Ministério da Saúde propôs e que nós estamos fazendo parte, que a nossa cobertura está algo próximo a 33%, é com a gotinha e o Ministério propôs que fizéssemos assim. Então, são duas estratégias: uma da cobertura ordinária, que está na carteirinha da vacina e a outra é da campanha. O que está acontecendo? Eu consigo ter pouca compreensão do sistema, porque a divulgação da campanha está

acontecendo, as nossas unidades todas estão prontas vacinando as crianças, nós fizemos mais de trezentas mil mensagens no aplicativo para as pessoas comparecerem nos postos de saúde para fazer a vacina, essa vacina da gotinha, para que pudéssemos fazer parte desse mutirão com os valores. Eu não sei o que está acontecendo, as pessoas olham, acho que estão com dificuldades em entender isso que eu estou falando, ela olha lá: não, mas o meu filho está com a vacina em dia da pólio, então não preciso fazer a campanha. E aí tem uma questão importante, porque a vacina da gotinha, proporciona uma defesa também ambiental, porque quando as crianças eliminam a vacina pelas fezes, essas fezes correm nos esgotos. E se houvesse o vírus, ou se houver o vírus, elas vão poder inativar o vírus no esgoto, que é onde, por exemplo, em Nova York, nesses estados eles identificaram o vírus dentro do esgoto, na análise e monitoramento daquilo que está no esgoto. Nós não temos essa realidade aqui, mas claro, prevenir é melhor que remediar, e eu conclamo a todos os Vereadores a nos ajudarem a explicar isso para a população porque estamos com as vacinas lá para serem feitas. Fizemos vários sábados de mobilização da população para fazer atualização dos esquemas vacinais, horário estendido, enfim, temos feito diversas estratégias para fazer esse atendimento. Com relação aos trabalhadores da UPA CIC, que nós encerramos o contrato com a Organização Social no último dia 24 de agosto, e trabalhadores que não receberam ainda também assim como aquela outra empresa da prestação de serviços dos condutores das ambulâncias do SAMU. Da parte da Prefeitura, tudo que havia de recursos ou tudo que tem de recursos a serem transferidos para a finalização do contrato, foi feito. Há uma dificuldade da empresa em fazer esse encerramento das contas. Semana passada, inclusive, participamos de uma audiência no Ministério do Trabalho para que o próprio Ministério do Trabalho entendesse as responsabilidades e ficou já acordado que a empresa, que a Organização Social faça essa destinação dos recursos a esses trabalhadores. Nós também estamos bastante interessados em que essa situação seja conclusa. Repito, da parte da Prefeitura tudo que estava previsto em contrato de transferência de recursos foi feito de forma a cumprir com os compromissos previstos no contrato. A Vereadora Josefa falou dos recursos da saúde em razão do congelamento dos gastos do Governo Federal. Realmente, aí está o cerne e o ponto principal do problema. Isso, à época que foi aprovado, foi levantado como um dos problemas e é um assunto e uma pauta importante para todos os legisladores e executivos que vão alçar aos cargos na próxima legislatura discutirem esse assunto. Existe uma cláusula constitucional estabelecendo teto de gastos, porém esse teto de gastos pode gerar iniquidades e mortes no Brasil em função da aplicação severa dessa legislação. Então, é um assunto bem importante, palpável, contamos com aqueles que forem eleitos, que possam olhar isso com muita serenidade e com a responsabilidade que o momento requer. A SRA. PRESIDENTE:- Próximo inscrito, Vereador Oscalino do Povo. O Sr. Oscalino do Povo:- Muito bem Sra. Presidente Noemia Rocha, grato pela palavra. Quero, em nome da nossa Secretaria, cumprimentar todas essas valorosas curadoras especiais e outras tantas que não vemos aqui, mas estão fazendo esse bem tão profícuo. Na pessoa do amigo Zanon, quero cumprimentar todos os técnicos, doutores, enfim. Secretaria, falamos sobre a Unidade de Saúde Estrela, tem uma dúvida de uma liderança da Igreja Cristã do Brasil sobre o Médico da Família. Foi mudado para o Parolin? Ou, de repente, conforme o Vereador Salles comentava ali esse período. Também quero agradecer a Secretaria, que tem dado um retorno muito urgente para o meu gabinete. Então, são essas duas colocações minhas. Muito obrigado. A SRA. PRESIDENTE:- Próximo inscrito, Vereador Rodrigo Marcial. O Sr. Rodrigo Marcial:- Obrigado pela palavra, Presidente. Secretaria, bom dia! Parabenizo-a pela exposição, pelas respostas e pelos questionamentos já respondidos até agora. Eu queria tratar inicialmente de uma das minhas principais ideias propostas de 2020 quanto a possibilidade de gestão das UPAs, as Unidades de Atendimento aqui em Curitiba, pela iniciativa privada mediante associações sem fins lucrativos, organizações sociais ou até por empresas que economizem recursos e tenham um atendimento com nível de clínicas e hospitais privados no sistema

público. E à primeira vista, à época da implementação do sistema no CIC, houve uma aparente redução de custos e em pesquisas feitas por mim, inclusive, nós percebemos um aumento do retorno positivo quanto ao atendimento naquela localidade, ao menos antes do período mais intenso e caótico da Covid. Eu sei que essa questão carrega uma carga ideológica importante e que é importante também mantermos um pragmatismo na Administração Pública, mas feitas essas considerações, eu pergunto: Qual é a situação atual da UPA CIC? O que levou a essa situação atual? O que foi feito de certo e de errado nesse modelo proposto? Se a senhora imagina outras possibilidades para que o modelo, em moldes semelhantes, seja viável e benéfico ao cidadão curitibano. Passada essa questão, eu questiono também: Em que condição está a segunda dose de reforço da vacina da Covid? Não tive notícias acerca desse tema. E por fim, me chamou muito a atenção no relatório apresentado pela senhora, a mortalidade infantil, com um acréscimo substancial. Chegou a ser comentado que estava em investigação as causas disso, mas já existe algum indicativo preliminar do porquê desse aumento da mortalidade infantil, especialmente um indicador de tão importante relevância, por que tem, por exemplo, esse maior número de nascimentos prematuros? Obrigado pela atenção. A SRA. PRESIDENTE:- Muito obrigada. Antes de passar a palavra à próxima Vereadora, quero cumprimentar a Cristiane Rasera pelo trabalho na Coordenação de Saúde Mental. Vereadora Amália Tortato, com a palavra. A Sra. Amália Tortato:

- Obrigada, Presidente Vereadora Noemia Rocha, pela concessão da palavra. Cumprimento a Secretária Beatriz, Dr. Alcides e estendo meus cumprimentos a todos os servidores da Secretaria que hoje nos prestigiam aqui. Essa questão do piso salarial de enfermagem é uma questão que tem me preocupado e eu já trouxe isso em outros momentos aqui, inclusive em audiências públicas. Fico feliz de ver que mais Vereadores também têm essa preocupação. E quando falamos que a fonte de financiamento virá da União, do Estado e do Município, no fim das contas sabemos que a fonte de receita é sempre o bolso do cidadão. Mas hoje não vou fazer uma pergunta relacionada a isso, vou fazer outras perguntas. Minha primeira pergunta, Secretaria, é com relação a vacina da Covid de zero a três anos. Sabemos que já foi aprovado pelo Ministério da Saúde, gostaria de saber qual a opinião da senhora sobre a segurança dessa vacina para essa faixa etária e qual a expectativa de que essa vacina chegue aqui no Município de Curitiba. Com relação ao teste do pezinho, houve uma lei aprovada no ano passado, uma lei federal que prevê a ampliação do teste do pezinho, mas não traz prazo para essa ampliação. Eu gostaria de saber qual é a visão da Secretaria Municipal da Saúde do Município de Curitiba com relação a implantação dessa ampliação do teste do pezinho para as nossas crianças curitibanas. Uma outra pergunta é com relação aos valores devidos aos hospitais, como já foi comentado aqui, alguns hospitais fizeram atendimentos durante a Covid, atendimentos extras, vamos dizer assim, durante a Covid e alguns hospitais também me procuraram dizendo que ainda não receberam esses valores. E eu observei aqui na auditoria externa que foi feito agora, nesse último trimestre, a verificação de que realmente há valores devidos a esses hospitais. Minha pergunta é: Qual é a expectativa de pagamento efetivamente para que esses hospitais recebam verbas, importante lembrar, referentes a 2021. Uma última pergunta, Vereadora Noemia Rocha, e já encerro minha participação, é com relação a avaliação no atendimento. Também observei aqui na auditoria que existem diversos indicadores e existe uma preocupação bastante grande da Secretaria com relação aos servidores e a qualidade de vida dos servidores, vamos dizer assim, mas eu gostaria de saber qual é avaliação de atendimento feita na ponta, pelo usuário. A Secretaria se preocupa em ouvir o usuário? Recebemos diversos relatos de pessoas que chegam a aguardar seis horas por um atendimento, demora nas cirurgias, em cirurgias importantes, correndo risco, inclusive, de amputação de membros por causa da demora na cirurgia, então gostaria de saber qual é a avaliação de atendimento feito na ponta, ouvindo o usuário. Obrigada. A SRA. PRESIDENTE:- Obrigada. Com a palavra a Secretária Beatriz. A SRA. BEATRIZ BATTISTELLA NADAS:- Vereador Rodrigo Marcial, prazer em conhecê-lo. Bem-vindo a esta

Casa, bacana ver rostos novos também. Espero que a Vereadora Indiara esteja bem também. Veja bem, nós na administração do Prefeito Rafael Greca, acreditamos que diversos instrumentos de gestão podem e devem ser utilizados para a gestão do sistema de saúde. Quando eu falei há pouco aqui que fazer saúde pública ou gerenciar esse Sistema Único de Saúde com esses recursos que temos e com as responsabilidades que temos, implica em fazer a utilização dos melhores recursos. O contrato de gestão como organização social é sim um instrumento positivo, nós temos boa avaliação do contrato de gestão com Organização Social. Inclusive a Prefeitura de Curitiba tem contrato, de gestão desde 1997 com algumas Organizações Sociais e isso tem se mostrado bastante produtivo na nossa cidade. Daí, o que acontece? Vamos à prática. O instrumento é bom, mas na prática como é que ele acontece? E aí são os percalços da administração pública. E veja que tanto no caso de um contrato administrativo, como foi o contrato que fizemos com aquela empresa que abandonou a operação, aquela empresa inidônea, que eu não vou repetir o nome aqui, mas que todos devem saber, nós tivemos problema com a operação daquela empresa porque ela deixou de executar aquilo que estava previsto em contrato. E no caso da Organização Social que fez o trabalho na UPA CIC, tinha um desempenho assistencial perfeito, posso chamar assim, por outro lado o seu controle administrativo do contrato deixou a desejar, tanto que acabou culminando com a dificuldade em eles fazerem esse encerramento de contas com a sua equipe. Isso nos preocupa bastante. E o motivo pelo qual nós encerramos o contrato, não renovamos, na verdade, o que aconteceu foi que nós não renovamos o contrato com a Organização Social, porque começamos a identificar esses problemas e o buraco ia aumentar se fizéssemos a renovação por outros doze meses, como estava previsto no termo inicial da contratação. Diante disso, o cidadão não pode ser penalizado, e aí a velocidade da administração pública em ter outro instrumento viável para funcionar. Então, no dia 24, à zero hora do dia 24, ou dia 25, a nossa equipe da Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS, assumiu a operação plena daquela unidade, quando há um mês antes já tinha assumido a equipe de plantão dos médicos, e a transição entre um contrato e outro aconteceu sem solução de continuidade. Ou seja, a comunidade não percebeu, porque para a comunidade não importa se aquele trabalhador está vinculado com a ou com B ou com c ou com d. Não importa e funcionou bem. Nós iremos utilizar esses instrumentos. Acho que na nossa administração nós temos sempre essa abertura para utilizar os instrumentos que sejam legais e que sejam aqueles que proporcionem um melhor custo-benefício na execução. No momento não tem nada previsto de alterar essa situação. E convido o Vereador a conhecer a nossa Fundação Estatal de Atenção à Saúde, que foi um instrumento estabelecido nesta cidade lá em 2010, quando criou a lei da fundação, para servir de apoio a toda alteração do sistema de saúde na nossa cidade, considerando as necessidades que um sistema de saúde tem, que nem sempre uma licitação é viável para poder dar resposta, e nem sempre a contratação do servidor público concursado consegue dar a resposta quando o cidadão precisa, e esse serviço tem que estar disponível vinte e quatro horas por dia, todos os dias da semana, nos trezentos e sessenta e cinco dias. Com relação a segunda dose do reforço da Covid, **(I)** temos um pequeno percentual, um percentual que pode ser expressivo, da segunda dose de reforço e continuamos chamando as pessoas, continuamos mandando mensagem no aplicativo. Já vamos ver o valor. E com relação à mortalidade infantil, esse é um dos maiores desafios que temos na administração da gestão da saúde pública em nossa cidade. Há muitos anos perseguimos que o nosso indicador seja sempre aquele em que tenhamos o menor quantitativo daquilo que chamamos de mortes evitáveis. Algumas mortes irão acontecer porque têm causas ou consequências de uma gravidade tamanha que então a Ciência ainda não consegue resolver. Mas temos causas que chamamos de evitáveis. Temos em funcionamento em nossa cidade o comitê Pró-Vida, que tem duas câmaras - a câmara de investigação de óbitos maternos e a câmara de investigação de óbitos infantis. E todos os óbitos que são constatados em nossa cidade de natureza da mulher, então a mulher em idade

fértil que morre ou a criança menor de um ano que morre, nós fazemos a investigação científica técnica para apreciar tudo aquilo que está nas informações do atendimento dos casos na perspectiva de evoluirmos no sistema para minimizar esses óbitos. Uma das principais causas que temos da mortalidade infantil, que faz com que esse indicador aumente, é o parto prematuro. E o parto prematuro tem várias causas, pode ser uma infecção urinária, pode ser uma hipertensão, uma diabetes. E quando falei, em uma resposta aqui, a respeito, falamos daquelas mulheres que não deveriam engravidar. Por exemplo, pessoas fazendo hemodiálise, não há uma indicação de ser gestante. Uma mulher que tem um câncer de mama, ou um câncer que seja, não há indicação para que ela seja mãe. Uma pessoa de mais idade, uma mulher com mais de, sei lá, hoje em dia... Alcides, me ajude... quarenta anos, trinta e oito, trinta e seis anos. A Ciência evoluiu bastante, mas ainda assim a idade na maternidade é um fator importante. Obesidade é um fator que acaba desencadeando problemas durante o parto. Então, a nossa obsessão trata de no nosso programa de pré-natal, que é o Mãe Curitibana Vale a Vida, prestar uma assistência de qualidade. No pré-natal, durante o parto e após o nascimento. E corremos atrás desses indicadores para melhorar. O que aconteceu neste ano, especificamente? Uma das questões é que a taxa de mortalidade é calculada com a base do indicador, é o número de nascidos vivos. E há uma diminuição expressiva de nascidos vivos. Quando diminui o número de nascidos vivos, qualquer óbito aumenta em bastante o número, a taxa da mortalidade infantil. Neste ano quantos nascidos vivos temos até o momento? Alguém pode me dizer? Treze mil nascidos vivos. Nos últimos anos foram vinte e dois mil, acho. Alguma coisa assim. Então estamos longe de atingir esses vinte, então a mortalidade vai ficar com um indicador mais elevado. O nosso caso é, qual óbito é evitável? E se ele é evitável, onde que eu tenho, no público que estamos atendendo, pessoas que se enquadram em situação semelhante para que previnamos que aquela gestante tenha um parto prematuro, que aquele bebezinho sofra durante o parto, que aquele bebezinho não seja devidamente acompanhado dentro das nossas unidades básicas de saúde. Na primeira dose da Covid, de todas as faixas etárias, estamos com uma cobertura de 94% da população. Uma cobertura bastante expressiva. E da segunda dose, estamos com 89,7%, ou seja, quase 90%. Então, há um "gapzinho" de 4% da população que não fez a sua segunda dose de reforço. Mas é importante que as pessoas entendam, embora hoje a expressão da Covid na cidade seja mínima, estamos com pouquíssimos novos casos, e especialmente poucas pessoas internadas, porque não tem ninguém na UTI. Jane, quantos estão na enfermaria? Três? Nesse momento tem uma pessoa na enfermaria. Quer dizer, estamos numa situação ímpar, bem lá do começo da Covid. E temos quase certeza de que essa pessoa vai sair do internamento, torcendo para que ela saia com cura. A Vereadora Amália Tortato perguntou sobre a vacina de zero a três anos. O Ministério ainda não nos encaminhou essa vacina. Na Secretaria, no nosso comitê de técnica e ética, sempre adotamos o embasamento científico para isso. O Ministério da Saúde tem apresentado, no Programa Nacional de Imunização, o PNI, de forma muito consistente, e temos seguido aquilo que está na previsão do Plano Nacional de Imunização. Então, ainda não estamos tratando desse público de zero a três anos. E o faremos, na medida em que haja toda essa validação, porque não adotamos uma postura autônoma ou independente daquilo que esteja na previsão, pelo cenário nacional, pelo Programa Nacional de Imunização. Hoje o teste do pezinho é capaz de detectar doze doenças, entre elas a fenilcetonúria, que foi a primeira que começou. A ampliação desse teste, considerando outras doenças, é bastante complexo. O teste vai se tornando bem mais caro. Inclusive recebemos pessoas na Secretaria que ofereceram, parece que cinquenta doenças, mas fica inviável. Ficava mais de quatrocentos reais, eu acho, o teste, e fica difícil para o Município assumir isso, autonomamente, nesse público. Com essa forma, como está sendo feito hoje, tem realmente uma efetividade bastante grande. Porque quando aumenta esse leque de doenças, é um leque de doenças que tem uma frequência, uma ocorrência muito baixa. E quando se identifica, muitas vezes há outras formas de fazer alguns

diagnósticos que não necessariamente pelo teste do pezinho. E a superintendente Flávia Quadros me diz que a Secretaria Estadual de Saúde está fazendo estudos na perspectiva de ampliação desse teste do pezinho. Toda conta que é paga na Secretaria Municipal da Saúde, é paga mediante a comprovação da despesa, e no caso do pagamento das contas dos hospitais, ainda temos um processo de auditoria. Não é só apresentar a conta, temos também os processos de auditoria. E eventualmente alguns valores ficam em processamento, em avaliação e em verificação. Mas sempre que o processo está devidamente consolidado, constatando-se a despesa, fazemos o pagamento ato contínuo. Posso dizer que não temos atraso nos pagamentos dos prestadores. Quando atrasa, em situações como essa, são justamente processos que ainda estão dentro dessa averiguação da constatação da despesa, segundo aquilo que estava em previsão. E como o usuário avalia o nosso atendimento? Bem, temos um sistema na Prefeitura, um dos mais antigos do País, foi fundado em 1984, que é o serviço 156, que é para nós, também, a ouvidoria. Inclusive, coloquei ali na relação dos itens, temos algo em torno de cento e cinquenta pessoas que ingressam com algum registro em nossa ouvidoria, e devolvemos algo em torno de cento e cinquenta, diariamente. São trezentas pessoas, temos então uma interação com o cidadão. A Sheila Casagrande, não sei se ela está aqui, a nossa chefe da Ouvidoria... Ali é uma fonte de verificação. Porém, essa é uma fonte que vai do indivíduo, no seu atendimento específico, e tal. Na avaliação que fazemos do sistema, temos duas estratégias. Uma, não estamos fazendo, recentemente, por conta da Covid, paramos de fazer, que são as pesquisas telefônicas. Então, pega-se uma mostra das pessoas atendidas, e é feita uma ligação telefônica para conversar com a pessoa, e tem lá um formulário específico. Mas essa, faz dois anos e meio que não fazemos. Coincidiu bem com a história da pandemia. Na ocasião, o nosso índice de satisfação era de 8.2, entre bom e ótimo, que consideramos um indicador bastante positivo. Por outro lado, o nosso aplicativo Saúde Já Curitiba, a cada atendimento que a pessoa faz no Sistema Único de Saúde de Curitiba, ela recebe o que chamamos de *push* de notificação, ou seja, uma mensagem pelo celular, em que ela pode avaliar o seu atendimento, numa escala simples, de *likert*, de 1 a 5, o 1 sendo a menor avaliação, e o 5 a melhor avaliação. Desde que implantamos o aplicativo, a nossa média de avaliação da população ficou em 4.3, o que corresponde, numa escala de 1 a 10, de 8.6. Então estamos numa avaliação boa. E essa avaliação é bem mais específica, porque aí a pessoa está dizendo, "eu fui bem atendida", ou "não, eu não fui bem atendida", ou "fui atendida mais ou menos". Consideramos uma fonte de informação bastante importante, porque depois conseguimos fazer os recortes de onde as pessoas foram atendidas para saber quais os serviços que melhor são avaliados. Mas era uma avaliação voluntária. Mas já tivemos, se não estou errada, mais de oito milhões. Um número astronômico, porque são mais de dois anos, desde 2017, mais de oito milhões de avaliações das pessoas que foram atendidas. Vocês viram os números, que são astronômicos, que atendemos de procedimentos de pessoas, fazer oito milhões não é muito difícil. E a nossa avaliação é relativamente, eu considero bastante satisfatória. E a equipe tem grande responsabilidade nisso, mas claro que toda a estruturação do serviço de saúde para fazer isso acontecer é pertinente. Você falou da espera da cirurgia. Veja bem, temos que entender o serviço de saúde sob duas óticas: aquilo que pode esperar e aquilo que não pode esperar. Como fazemos essa identificação do que pode e do que não pode esperar? E para isso existem protocolos, que são documentos científicos que identificam a possibilidade de espera e da não espera. No caso do sistema da urgência e emergência, inclusive, essa espera é para aquele caso da urgência, a pessoa pode ou não esperar o atendimento. Tem pessoas que dizem esperar seis horas. Eu vou dizer, Vereadora, que ninguém espera seis horas numa Unidade de Pronto Atendimento da nossa cidade. Tem espera de duas horas, de três horas? Tem. Mas quem está esperando, tem condições de estar esperando. Quem não pode esperar, está sendo atendido. E essa é a responsabilidade da nossa equipe, que a espera seja segura, com critérios. Não é uma fila que, quem chegar primeiro, vai ser atendido. Quem está esperando

está numa condição de que é possível esperar. No caso da cirurgia que demora. Temos as cirurgias de urgência, que não podem esperar, e diariamente internamos pessoas. Por dia, internamos algo em torno de trezentas pessoas. Todo dia chega ao hospital, pela urgência... a Jane fez assim (afirmativo com a cabeça). A Jane é a nossa diretoria da auditoria, ela quem acompanha bem de perto isso. Umas trezentas pessoas por dia chegam ao hospital, porque elas não podem esperar. Essas são aquelas que temos que botar no hospital com prioridade, porque se não fizer a cirurgia, se não fizer o diagnóstico acurado, vai ter problema. Outras pessoas têm cirurgias eletivas e procedimentos ambulatoriais. Eletivas, podem esperar. A nossa espera, infelizmente, ficou comprometida em razão da pandemia. Agora estamos correndo atrás agora. As nossas equipes começaram a trabalhar com a população de diabéticos, entre quarenta e sessenta anos, que têm um marcador, que é chamado hemoglobina glicada, que está acima de um padrão, que é de número 10. Já abaixamos para 9. Quem está acima de 9, estamos indo atrás dessa pessoa, porque se essa pessoa não for atendida, medicada, diagnosticada, tratada, ela vai disputar aquelas trezentas vagas de internamento. Então, quando eu falei para a Professora Josete que ficamos modulando o sistema, estamos modulando o sistema com todos esses parâmetros de funcionamento e gestão do sistema. Porque quem não pode esperar, tem que ir rápido para o hospital. Quem pode esperar, vai esperar um pouco sim. Precisa esperar, gente. É normal. A nossa equipe, vocês viram ali, tem vinte e seis mil profissionais nos hospitais, mais os nove mil que são nossos e da fundação, somos trinta e seis mil profissionais de saúde. A população é de dois milhões de habitantes, mais a Região Metropolitana. Então, é óbvio que alguém vai esperar. Mas a espera, e aí eu falo, tem que ser segura. E para isso a nossa equipe está muito preparada. O nosso sistema tem funcionado. O atendimento do SAMU e do SIATE para identificar o que é urgente, quando despacha a ambulância, quando não despacha. "A ambulância está demorando!" Quem demora para receber a ambulância é porque não está tão grave, segundo a avaliação do médico regulador. Ok. Em frente, Vereadora. A SRA. PRESIDENTE: - Obrigada. Estamos dentro do tempo regimental. Há uma solicitação aos Vereadores Serginho do Posto, Carol Dartora e Dalton Borba. A Vereadora Tânia Guerreiro (**A**) tem uma emergência, e ela está no próximo bloco. Ela pode fazer a primeira pergunta? É possível? (Assentimento). Com a palavra a Vereadora Sargento Tânia Guerreiro. A Sra. Sargento Tânia Guerreiro:- Obrigada, meus colegas. Bom dia a todos. Parabéns, Secretária, pelo seu trabalho maravilhoso, a toda a equipe. A senhora falou anteriormente sobre o trabalho que vem sendo feito pela Secretaria de Esportes, o Viver Bem em Curitiba. Eu tenho visto isso nos parques e acho de extrema importância esse trabalho que vem sendo feito. A senhora falou em prevenção também, e esse trabalho Viver Bem em Curitiba é um trabalho de prevenção, prevenção à saúde. Eu achei maravilhoso, porque tenho visto a integração dos vizinhos, dos usuários dos parques e eu sou uma usuária assídua de parques. Sempre que posso estou lá fazendo a minha caminhada. Mas eu quero dizer à senhora que eu trabalho com prevenção, prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes, a pedofilia, e acredito muito no trabalho de prevenção. Quando nós começamos, tínhamos uma criança sendo abusada a cada oito minutos, hoje nós temos uma a cada vinte minutos. Mas eu faço isso há trinta e dois anos. Então, é muito tempo. É pouco esse resultado? É. Mas são muitas vidas salvas. Eu queria falar à senhora também sobre o Proerd. A senhora fez um convênio com a Secretaria de Esportes. Por que não fazer um convênio com a Secretaria de Educação do Paraná? O Proerd, Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, é um programa que é feito nas escolas de primeira à quarta série e é feito também com os pais, através de palestras. São policiais militares devidamente preparados para fazer esse tipo de trabalho. O Proerd, ao longo do tempo em que está no Paraná, formou um milhão de crianças. O Proerd é um programa americano que tem no mundo inteiro, o que nos modifica de outros países é só o idioma, mas o que é aplicado aqui é aplicado no mundo inteiro e dá certo. Nós precisamos, Secretaria, de mais Proerd nas escolas, para que não tenhamos problema depois na

saúde com os usuários de drogas, porque eu sei o quanto é difícil, eu sei o quanto é complicado o tratamento e quanto custa isso e o quanto a família adoece também com um usuário dentro de casa. É uma coisa que poderíamos prevenir. É grátis, a Polícia Militar do Paraná fornece os policiais de forma gratuita. Eu acho que a única despesa que de repente vai ter a Prefeitura são as camisetas que são doadas às crianças e a cartilha, mas o resultado disso é muito positivo. Eu trabalhei muitos anos como educadora social do Proerd e na coordenação estadual, então eu sei que o resultado é muito positivo. Eu queria ver com a senhora se há alguma possibilidade, já que é feito com a Secretaria de Esportes, esse convênio com a Secretaria de Educação e com a Polícia Militar para inserir nas escolas esse Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. E quero parabenizar a senhora pelo trabalho, parabenizar toda a equipe, porque nós sabemos o quanto é árduo esse trabalho que vocês fazem. No final de semana passado eu tive a oportunidade de estar no posto de saúde com a zeladora do meu prédio que passou mal e eu vi, meu Deus como está lotado. Eu estive no Boa Vista e o trabalho é muito intenso. Meu Deus! E todo mundo que chega quer ser o primeiro a ser atendido, porque quando traz um familiar acha que aquele familiar tem que ter prioridade. E quanto o pessoal que está ali tem que ter jogo de cintura. Muito obrigada. A SRA. PRESIDENTE:- Agradeço. Com a palavra o Vereador Serginho do Posto. O Sr. Sergio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Obrigado. Eu tive que me ausentar por alguns minutos. Obrigado, Sra. Presidente da Comissão, Vereadora Noemia Rocha, cumprimento aos membros da Comissão de Saúde. Quero fazer uma saudação especial à Secretaria de Saúde e toda a sua equipe que a acompanha nesta audiência. De pronto, quero também elogiar o trabalho que vocês desenvolvem pela saúde pública do Município, é fundamental o trabalho e tem que ser reconhecido sempre. Então, fica aqui minha saudação a todos os profissionais da Secretaria da Saúde. Eu tenho duas perguntas que na verdade são observações, eu fiz aqui no balancete e alguns esclarecimentos que talvez a Secretaria possa nos informar. Em relação à atenção básica, no segundo quadrimestre de 2021, tivemos quarenta e nove milhões novecentos e setenta e dois mil reais. Neste segundo quadrimestre de 2022 tivemos um valor inferior, o valor de quarenta e dois milhões quinhentos e treze. Porém, quando nós observamos a média e alta complexidade saiu do patamar de trezentos e quarenta e um mil e foi para trezentos e cinquenta e sete, tivemos um aumento. Também na vigilância de saúde, de três milhões e cem para três milhões e quinhentos. Na assistência farmacêutica, deu um salto muito grande, de três milhões oitocentos e dezenove para dez milhões oitocentos e setenta e nove. Investimentos, também é importante frisar, que saiu de quatrocentos e cinquenta e oito mil para um milhão e cem. E recursos do Tesouro, evidentemente para fazer frente, saiu de trezentos e quatro milhões para quatrocentos e quatro. Nós percebemos que a medida em que aumenta os gastos tem que aumentar também o repasse. Essa é uma pergunta só para esclarecimento. As duas outras perguntas que observei no relatório apresentado é que órteses e próteses foram cinquenta e um atendimentos. E quando nós vamos para o relatório de produção e ação, aparece setenta e um mil quatrocentos e quarenta e quatro. Eu não sei, essa comparação em relação a atendimento e produção, só para eu ter essa informação desses números diferentes, só para esclarecimento. Acredito que outros Vereadores já perguntaram, em relação ao piso dos enfermeiros. Eu tenho um ponto de vista muito pessoal em ver as coisas e acredito que este é um momento em que nós precisamos do debate. Falo isso porque nós temos um modelo tripartite e a separação dos poderes do orçamento público em todos os níveis, federal, estadual e municipal, porém, a discussão que nós temos que fazer neste momento é que alguma coisa tem que ser feita neste País em relação a esses profissionais. Digo isso com sentimento de mea-culpa, porque esses poderes, em especial os poderes Legislativo e Judiciário, recebem duodécimo, que é a composição do orçamento para fazer frente ao atendimento da população, e esse atendimento é para as atividades plenas dos legislativos. Estou falando em todos os níveis, Congresso, assembleias e câmaras. Eu acho que essa reflexão que o Judiciário puxou para ele a discussão e suspendeu

por sessenta dias a implementação do piso, eu acho que a discussão sai fora só de onde sai o dinheiro. É de que forma o recurso, o dinheiro que é pago de impostos pela população, o contribuinte, seja ele pessoa física ou jurídica, é aplicado. E a importância que observamos, nessa pandemia o papel que tiveram esses profissionais, tanto da saúde pública, saúde particular e o atendimento direto na ponta. Eu acho que está na hora dessas casas legislativas, judiciárias, que custam muito caro para o País, contribuírem. Do orçamento dessas casas sempre há devolução, anualmente essas casas devolvem dinheiro ao orçamento, para o Município, para o Estado e para a União. Eu acho que não precisaria criar imposto para fazer frente a esta e, sim, fazer conta e chegar no encontro de contas em que esses poderes contribuiriam de forma a repassarem ao Município e Estado talvez para chegar a fazer frente a esse orçamento que terá impacto nos municípios, no Estado e nos hospitais particulares. Eu acho que a reflexão e o debate que está no STF tem que ser um pouco amplo, orçamentário, nós não podemos apenas olhar de onde vai sair o dinheiro. E os hospitais não têm dinheiro, nós sabemos, os municípios também não têm esse recurso, mas de alguma forma tem que sair. A pergunta, se o Município de Curitiba está distante do piso ou se os profissionais do Município de Curitiba estão muito próximos desse piso, que agora de forma nacional será implementado, e qual impacto municipal teria. Desculpe se me estendi, Vereadora Noemia. Agradeço. O Sr. Marcelo Fachinello:- Para formular requerimento, Sra. Presidente. (Assentimento). Peço mais trinta minutos de prorrogação da audiência. A SRA. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento verbal do Vereador Marcelo Fachinello que pede trinta minutos de prorrogação da audiência pública. (Pausa). APROVADO. Com a palavra a Vereadora Carol Dartora. A Sra. Carol Dartora:- Muito obrigada. Bom dia, Vereadoras, Vereadores, servidores da Casa, pessoas que nos acompanham pelas redes sociais. Bom dia a equipe da Secretaria da Saúde. Bom dia, Secretária. Também gostaria aqui de corroborar com a fala da Professora Josete, seria bom se tivéssemos tido mais tempo para olhar o relatório e, enfim, produzir mais questionamentos, mas quero parabenizar a fala da Secretaria sobre a questão da política de saúde ser uma questão ordinária e não ficar a cargo de orçamento secreto, apesar de compreender que é uma forma de incidir sobre o orçamento secreto, mas só pensar nisso já deveria ser uma vergonha, uma vergonha que o orçamento secreto exista. Então, parabenizo a fala. E gostaria de perguntar sobre a questão de saúde mental, porque é uma questão do nosso tempo, é da nossa realidade e tivemos que também nos organizar na cidade, especialmente os serviços públicos e os servidores públicos, para essa questão que foi agravada pela pandemia. Então, estamos lidando ainda com os impactos psicossociais da pandemia para além de todas as questões de saúde mental serem uma questão do nosso tempo. Eu gostaria de saber se a Secretaria da Saúde tem uma previsão de ampliação da oferta desses serviços. Eu vi que houve uma maior demanda da população para que fosse atendida por psiquiatras e psicólogos nas unidades, mas nós entendemos que essa oferta, um maior número de psicólogos, precisa estar também nas escolas, porque isso inclusive ajuda, pensando a política integrada, com o trabalho das assistentes sociais, ajudaria, desoneraria o trabalho dos conselheiros tutelares que muitas vezes têm que fazer um atendimento que poderia ter sido antecipado se essa pessoa tivesse passado por uma triagem com psicólogos, com psicopedagogas. Então, eu gostaria de saber sobre essa compreensão, se há uma previsão de pensar mais seriamente a questão da saúde mental, pensando que pessoas também periféricas, pobres ainda têm que lidar com os estereótipos e preconceitos que existem sobre saúde mental, e a questão disso não ser visto como doença, e é importante, nem sabem, por exemplo, quais são os sintomas de crise de ansiedade, de bipolaridade e isso poderia ser antecipado e tem que ser uma preocupação da Secretaria Municipal da Saúde. Então, eu gostaria de saber se há essa previsão de ter campanhas de conscientização sobre questões de saúde mental que podem inclusive impedir doenças psicossomáticas; se existe uma previsão de oferta de ampliação, para que haja psicólogos, mais psicólogos nas escolas e; pensando também nessa

antecipação, nessa triagem para que os conselheiros tutelares, assistentes sociais, não fiquem tão sobrecarregados com atendimentos que talvez pudessem ter sido feitos antes. E toda a oferta, toda essa integração pode ser melhor olhada pelo Poder Público, pela Secretaria da Saúde. Essa é a minha pergunta. Muito obrigada. A SRA. PRESIDENTE:- Obrigada, Vereadora. Com a palavra o Vereador Dalton Borba. O Sr. Dalton Borba:- (P) Obrigado pela concessão da palavra. Eu quero parabenizar a Secretaria e toda a sua equipe pela gentileza, generosidade e elegância em todas as respostas conferidas aqui aos Vereadores. Secretaria, ontem veiculou uma notícia na RPC dizendo que Curitiba tem a menor cobertura vacinal infantil no Estado do Paraná e me chamou a atenção porque essa cobertura vacinal já é um assunto superado no Brasil há muitas décadas, a cobertura infantil, a época das vacinas, não é? Isso pode ser uma consequência atribuída ao descredito da população, ao desinteresse da população no processo de vacinação, Secretaria? Podemos afirmar que embora Curitiba ofereça todos os mecanismos para a vacinação, a efetivação desse processo, há um desinteresse da população nesses processos científicos de prevenção de doenças? Obrigado. A SRA. PRESIDENTE:- Devolvemos a palavra à Secretaria Beatriz. A SRA. BEATRIZ BATTISTELLA NADAS:- Preciso pedir perdão ao Vereador Oscalino, eu não lhe respondi sobre o médico da Unidade Estrela. Desculpe, Vereador. A Unidade de Saúde Estrela era uma das nossas unidades que compunha a equipe do que chamamos de Estratégia de Saúde da Família. A nossa Secretaria Municipal da Saúde no ano de 2018 estabeleceu um indicador chamado Indicador de Vulnerabilidade das Áreas de Abrangência, chamado Ivab. Por que fizemos isso? Conseguimos olhar para a Cidade de Curitiba, todo o nosso território, de forma diferente para cada localidade, porque cada localidade em nossa cidade tem uma realidade diferente. Temos áreas onde a condição de vida e as pessoas, economicamente, vivem menos bem, e temos áreas onde essa realidade é diferente. Temos áreas onde a população tem uma condição socioeconômica mais adequada. E nessa avaliação, por esse indicador, em que são levados em consideração a condição socioeconômica, a vinculação de pessoas aos programas de renda, que era o Bolsa Família, agora é o Auxílio Brasil, então, levamos em consideração indicadores que fazem com que cada uma das nossas unidades de saúde tenha esse indicador. Qual é a perspectiva de fazer isso? Olhar o nosso território e procurar chegar em grau de atendimento mais equânime. Então, aquelas comunidades que são melhores ranqueadas dentro desse Ivab estão numa condição melhor de funcionamento e as que têm uma condição de um Ivab que seja de maior risco recebem mais recursos. Mudamos a estratégia de funcionamento da Unidade de Saúde Estrela, do Saúde da Família, para uma unidade convencional, como assim chamamos. E aí que esse cidadão, esse médico foi transferido. Não foi porque ele teve algum problema lá, muito pelo contrário. Então, por isso que ele foi substituído por outros profissionais que estão atendendo lá a comunidade no Estrela, com um atendimento que chamamos de convencional, saúde de atenção primária. Vamos então a esse bloco que começou com a Vereadora Sargento Tânia Guerreiro. Aproveito a sua pergunta para falar do Viver Bem. Eu esqueci de falar da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que eu carinhosamente continuo chamando de Secretaria de Abastecimento, porque já tenho um pouquinho de tempo de casa. Eles também fazem parte desse pool de Secretarias trabalhando no programa. Essas atividades previstas do Viver Bem têm essa finalidade de promover saúde, promover a integração das pessoas nos parques, nas atividades de lazer, nas atividades esportivas e tudo isso com certeza proporciona um ambiente mais saudável, um ambiente mais seguro para todos os nossos curitibanos. Na questão do abuso sexual e pedofilia, é lamentável que tenhamos que tratar desse assunto, mas ele acontece. Temos nas nossas unidades de saúde, nas escolas do Município e também na Fundação de Ação Social o que chamamos de rede de proteção. Infelizmente temos que ter essa estratégia, porque na rede de proteção toda criança e a nossa equipe é preparada, de todas essas secretarias, para identificar potenciais riscos de violência contra a criança e contra o idoso. E quando isso acontece, procura-se fazer um

atendimento específico para aquela condição encontrada e inclusive em alguns casos envolvendo a polícia, quando é necessário. Felizmente não é a grande maioria das vezes. Com relação a fazermos um trabalho com o Proerd, sim um programa muito bom, um programa que ao longo dos anos mostra o porquê faz a diferença. Eu quero dizer, Vereadora, que essas iniciativas são importantes para falarmos em promoção e prevenção em saúde, porque a promoção e prevenção em saúde não passa somente pela Secretaria da Saúde, ela passa por toda a condição de uma cidade proporcionar ao seu cidadão uma vida mais harmônica, uma vida de melhores condições, em que haja oportunidade de emprego, de moradia, de transporte público, de áreas de lazer e de segurança para as pessoas poderem se beneficiar disso. Eu vou ter que estudar a viabilidade de a Secretaria assinar alguma coisa, mas entendo inclusive que de muitas coisas a Secretaria não participa, mas aplaudimos e vamos fazer força junto, porque também não somos muitos para muitas coisas que podemos fazer. Mas vou levar em consideração a sugestão e agradeço o seu reconhecimento ao trabalho de toda a nossa equipe. Vereador Serginho, obrigada pelos elogios. O elogio vai para toda a nossa equipe, para todo o pessoal que trabalha no Sistema Único de Saúde, é bastante gente. Na diferença de valores que o senhor identificou na análise do balanço financeiro que apresentamos, há um aporte maior de recursos comparado da atenção primária, primeiro e segundo quadrimestre. O Ministério da Saúde, que faz um aporte de recursos específicos para a atenção primária, na ordem agora de quarenta e nove milhões, conforme o senhor percebeu, apresentou uma modalidade complementar de financiamento, dentro do que ele chama do Programa Previne Mais Brasil. O Ministério da Saúde tem um recurso fixo que ele transfere aos municípios ordinariamente, aos cinco mil quinhentos e setenta municípios, e ele proporcionou agora um recurso extraordinário segundo o desempenho. O que é isso? Tem alguns indicadores que as secretarias municipais precisam atender e atingir para poder receber recursos. Ontem tivemos a notícia que Curitiba, dentre as capitais, foi a cidade de segundo lugar na classificação do Previne Brasil, com todo o trabalho que fizemos. E o indicador que não nos deixou ser o primeiro lugar foi a coleta do citopatológico, e esse é um assunto importante, precisamos também falar sobre isso. Então essa diferença de valor é porque ele tem colocado um pouquinho de dinheiro a mais na atenção primária. E aí o Vereador observou bem que para a média e alta complexidade o volume de recursos é o maior. Esse é o bloco de recursos que eu falo que essencialmente são recursos do Governo Federal, que os hospitais vieram até a Comissão de Saúde dizer que esse recurso é insuficiente para a operação tanto da implantação do piso quanto também em relação ao custeio do sistema hospitalar em nossa cidade, esse valor dos recursos que a tabela do SUS não muda há mais de quinze anos, se não me engano, mas deve ser mais de quinze mesmo. Essa é a dinâmica do financiamento tripartite, o que cada ente federado coloca de dinheiro e acho, naquilo que o senhor apresenta, um assunto bem importante... Nós defendemos mais dinheiro para a saúde, mais dinheiro sendo destinado ao sistema, mas entendemos que essa discussão é bastante ampla porque envolve a vida das pessoas da cidade. Precisa de dinheiro para moradia, precisa de dinheiro para transporte público, precisa de dinheiro para geração de emprego e renda, enfim, tudo isso. E bem lembrou a Vereadora Amália que quando os entes de financiamento federal, estadual, nada mais são do que o dinheiro do cidadão, é o dinheiro do cidadão que está sendo discutido e aí temos que nos organizar como uma sociedade civilizada e identificar quais os caminhos que temos. Agora, muito importante é o investimento na prevenção, para ver como essa conversa é complexa, porque quando investimos na vacina, como falou o Vereador Dalton Borba, já vou falar da vacina, é uma prevenção barata, é uma prevenção de melhor e maior custo-benefício que temos. Então, temos que investir em atividades de promoção e prevenção, porque o custo da assistência é cada vez maior. Falando do piso da enfermagem, acho que não devemos mesmo criar impostos para fazer esse aporte de recursos, precisava olhar no orçamento de cada ente, de cada dinheiro público que existe neste País para ver como melhor destinar, porque há muito

desperdício no Brasil, sabemos disso e aí é importante fazer esse trabalho. Mas tem que ser um trabalho organizado, não pode ser uma coisa malfeita, porque precisa de sustentabilidade. E aquela situação que o senhor observou dos quantitativos de órteses e próteses, é que elas se apresentam em momentos diferentes na assistência. É aquele momento em que é feito na urgência já a instalação de uma prótese ou de uma órtese, a partir de uma cirurgia emergencial, por exemplo, a pessoa teve um acidente de trânsito e precisou da implantação naquele momento cirúrgico, ela faz. E tem aquela situação da órtese e prótese que é feita dentro da ideia do sistema eletivo, então tem uma programação de colocar uma prótese de perna, uma prótese de joelho, uma prótese de quadril. Então esses números são diferentes. Vejam que na urgência o quantitativo é menor, felizmente, e na eletiva é maior. Na eletiva podemos prevenir, porque usar prótese não é bom para ninguém, a prótese é uma substituição de uma peça no nosso organismo que pifou. Carro velho precisa trocar peça, então o ser humano às vezes precisa trocar peça, mas podemos investir em qualidade, fazer atividade física, ter uma alimentação mais saudável, enfim, que evita a instalação de próteses. O Vereador pergunta, desculpe eu não tinha percebido aqui, voltando ao piso da enfermagem, o quanto distante isso está na Prefeitura. Nós temos um "gap" de atendimento que é na ordem de oitenta e cinco milhões do impacto anual para o servidor público municipal, o piso da enfermagem. É um valor bem expressivo. Isso de alguma forma inclusive coloca em risco o plano de cargos, carreiras e salários que o Prefeito está mandando para a Câmara, pode colocar em risco os reajustes dos trabalhadores, dos servidores, porque enfim, a conta de pessoal da Prefeitura tem lá um x de dinheiro para gastar e se gasta mais aqui vai faltar ali, não é? E até no ingresso de novos servidores, então é uma conta bastante complexa para acomodar essa nova questão do piso salarial. Vereadora Carol Dartora, o mais tempo que a senhora pede para encaminharmos o relatório, temos tentado produzir o relatório e transferir aqui para a Câmara o mais precocemente possível. Encaminhamos na última quinta-feira, dia vinte e dois. E que existe todo um processamento de informações, precisamos esperar que o mês acabe para podermos fazer a compilação dos dados. Alguns dados não são dos sistemas municipais, eles são do sistema do Ministério da Saúde, do DataSUS, e às vezes acaba tendo algum probleminha. Sim, Vereadora, estamos ampliando um pouco da oferta de serviços de saúde mental. Fizemos recentemente uma ampliação com a contratação de mais serviços aqui com o Hospital Bom Retiro, que é da Santa Casa, e estamos trabalhando na perspectiva de bastantes atividades preventivas. Estamos neste mês fazendo uma série de atividades que dizem respeito a chamar a atenção da comunidade da importância da saúde mental e a prevenção ao suicídio, há várias atividades acontecendo na cidade como um todo. E também temos hoje em nossas unidades de saúde o que chamamos de grupo de acolhida, que é para captar, justamente como a Vereadora Noemia tinha falado, fazer o primeiro atendimento, a abordagem inicial para colocar a pessoa dentro de algum processo de atendimento. E eu vou aqui insistir na questão da prevenção, porque a saúde mental pode ser um dos maiores males que vamos enfrentar nas próximas décadas, em razão da ocorrência, em razão da frequência e dessa vida um pouco mais atribulada que vivemos. É importante dizer que é preciso diferenciar algumas questões na área de saúde mental, daquilo que é doença ou patologia, como falamos, (C) que seriam esquizofrenias, psicoses, esse tipo de problema mental; e a outra grande demandadora de serviços de saúde mental diz respeito a álcool e droga. Álcool e droga, conseguimos fazer uma boa prevenção; as doenças de condição de saúde mental podem ter um bom controle, podemos fazer um bom atendimento e fazer um controle. Mas álcool e droga podem ser prevenidos, e temos que fazer uma grande mobilização na nossa cidade para melhorar essa questão, envolver as famílias, não deixar as crianças tão sozinhas. Várias medidas precisam ser adotadas para melhorar essa questão. Saber com quem os filhos estão convivendo, enfim, uma série de questões. Vereador Dalton Borba, não sei se o senhor estava aqui quando eu falei a respeito da cobertura vacinal da pólio. Temos duas estratégias, a da campanha, que está baixa, e a outra que é a da carteirinha da

vacina, que é o calendário nacional de vacinação, que a oferta mínima, que é bastante grande, mínima, mas é bastante grande, das vacinas do sistema público de saúde. Mundialmente há um movimento antivacinas. Esse movimento antivacinas tem duas facções, vou chamar assim. Uma delas, das pessoas que por alguma razão acreditam que a vacina é indutora de alguns outros problemas de saúde e daí querem justificar uma série de questões dizendo que é decorrência da vacina, que nós não identificamos no nosso cenário brasileiro. Nós temos de uma história de tradição de vacinação da nossa população há muitos anos, e se fosse para ter tantos problemas de saúde, já teríamos essa ocorrência. Vacinamos, só da Covid fizemos mais de cinco milhões de doses. Se fosse para ter consequências adversas dessa vacina, certamente nós conheceríamos pessoas aqui. Mas a ocorrência de problemas adversos da vacina da Covid foi praticamente nula. Não é que não teve, mas foi praticamente nula. E das outras vacinas nós temos todo um monitoramento. Então não existe, para nós que acreditamos na Ciência, acreditamos na vacina, essa argumentação de que a vacina possa ser prejudicial. Existe uma outra forma de olhar as vacinas que aí é uma questão, vou chamar de filosófica, de alguns profissionais da saúde que são da linha da homeopatia que entendem que o organismo não precisa de um agente estranho para fazer a defesa contra o microrganismo que venha a prejudicar a saúde, porque a pessoa estando bem de saúde consegue naturalmente fazer isso. Essa é uma outra linha que acredita que não é necessário a vacina. Onde nós estamos? Nós estamos no meio de uma confusão porque usou-se politicamente essa situação. Na verdade, não é nada política essa questão. É uma questão de ciência, é uma questão de saúde pública, e nós temos história da vacina na nossa cidade com muitos resultados positivos. E repito, a vacina é a mais, já falei isso várias vezes em entrevista, potente arma da saúde pública, que com uma dose ou três doses, dependendo da vacina, tem a condição de prevenir sequelas, doenças e morte a partir disso. Nós acreditamos nisso. Estamos papagaiando, falo assim, sobre isso desde que começou a campanha da Covid. Mas ainda há uma parcela da população que se sente perdida nesse cenário porque é muita informação, contrainformação, fake News, etc., etc. E cabe a nós, profissionais de saúde e veículos de comunicação, trabalhar essa questão da informação de conscientização das pessoas. Mas naturalmente tudo vai do indivíduo. O indivíduo pode ou não, não é obrigatório, não tem uma obrigatoriedade na vacina. Mas o nosso País tem uma tradição positiva nesse aspecto. Viva a Ciência! Viva a vacina! Podemos ir em frente. A SRA. PRESIDENTE:- Temos no último bloco os Vereadores Marcos Vieira, Mauro Ignácio e Maria Letícia. Com a palavra, Vereador Marcos Vieira. O Sr. Marcos Vieira:- Obrigado, Vereadora Noémia. Cumprimento e parabenizo a Secretaria e toda a sua equipe pelo trabalho realizado à frente dessa Secretaria tão importante, mas também tão complexa. Secretaria, eu tinha três perguntas. Uma já foi respondida, relacionada a Maternidade Bairro Novo, e são perguntas que vêm da população, que encaminharam. A pergunta é relacionada a UPA do Sítio Cercado, que necessita de uma reforma, se está prevista essa reforma, se está no planejamento, e se está, para quando seria. A outra pergunta que chegou aqui é relacionada a Unidade de Saúde do Umbará, se existe uma previsão de entrega dessa unidade de saúde. Seriam essas as perguntas. Obrigado. A SRA. PRESIDENTE:- Muito obrigada, Vereador Marcos Vieira. Próximo inscrito, Vereador Mauro Ignácio. O Sr. Mauro Ignácio:- Obrigado, Presidente Noémia. Cumprimentar a Secretária Beatriz, toda a sua equipe e reforçar o nosso reconhecimento ao trabalho feito pela Saúde em toda a cidade, mas especialmente na Regional de Santa Felicidade, na Regional do CIC, a Manuela, o Cleverson, onde tenho buscado esclarecimentos e toda a equipe tem sido muito prestativa nesse sentido. Quero falar um pouco, ontem tive uma reunião com moradores do Jardim Gabineto, do Orleans, e ali temos uma questão que é antiga que é a reivindicação da construção da Unidade do Orleans. Tenho aqui uma informação, que era uma expectativa, de que a unidade fosse feita na Praça Ronald Golias, uma praça grande que tem ali, mas já recebi a informação de que por lei federal não é possível, e não

há também previsão no orçamento de recurso para a desapropriação de alguma área naquela região. A questão que eu coloco, Secretaria, é que essas informações cheguem até o Conselho de Saúde. Estava ontem nessa reunião o Sr. José, que é um cidadão muito abnegado que luta muito pela saúde, participa já há décadas do Conselho, ele levantou essa questão em público, respondemos com a informação que temos e essa informação me chegou agora. É importante dizer isso, esclarecer, porque a população não tem essa noção da complexidade, da dificuldade que é a máquina pública, conseguir recursos. E não sei se existe uma pesquisa de satisfação lá na Unidade do Orleans, mas acho que o principal, lógico que a unidade é importante, é o atendimento. Entendo que o atendimento tem sido satisfatório, mas é sempre bom perguntar ao cliente, ao usuário da unidade, não só dessa, mas de todas, para ter esse feedback, que é o mesmo feedback que vocês estão tendo aqui, agora, dos Vereadores e Vereadoras. E sabemos que quando se coloca uma questão para vocês, a Secretaria já está se antecipando e buscando solução. Só que essa solução não cai do céu, requer toda uma programação, planejamento, recursos e temos que ficar explicando o que é gestão pública, o quanto é complicado. E hoje gestor público é uma profissão de risco porque vocês assinam a dotação orçamentária. Então é preciso que nós, Vereadores e Vereadoras e gestão pública, possamos constantemente explicar à comunidade como se faz gestão pública e quais são os riscos e as consequências disso. No mais, parabéns! Obrigado. A SRA. PRESIDENTE:- Muito obrigada. Próxima inscrita, Vereadora Maria Letícia, com a palavra. O Sr. João da 5 Irmãos:- Sra. Presidente, para requerimento. (Assentimento). Solicito prorrogação por dez minutos da Audiência Pública. A SRA. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento verbal do Vereador João da 5 Irmãos que solicita dez minutos de prorrogação. (Pausa). APROVADO. Com a palavra, Vereadora Maria Letícia. A Sra. Maria Letícia:- Muito grata, cumprimento todos e todas, cumprimento a Secretaria e sua equipe. Com objetividade, eu já inicio na esteira da Carol, porque na página nove, Secretaria, há um claro aumento das doenças mentais e eu tenho recebido enorme demanda de muitas famílias que estão relatando o não atendimento na nossa rede atual. Na página onze mostrou um aumento de morte por doença cardiovascular em 2022 e eu pergunto se isso não reflete uma demanda reprimida de doenças crônicas não transmissíveis que deixaram de ser atendidas durante a pandemia pelo fechamento de várias unidades de saúde. Quero destacar na página dezessete a exoneração de onze colegas médicos estatutários. Na página vinte e um, pergunto à Secretaria da Saúde se estão chamando as sociedades das especialidades para discutir a implantação do Centro de Apoio a Decisão Clínica. Na página vinte e um e vinte e dois, continuo, pergunto se a implantação dos protocolos de serviço de urgência, porque nós recebemos uma informação de que as sociedades de especialidades foram afastadas desse debate, dessa discussão, e, portanto, os protocolos desenvolvidos não têm referência bibliográfica, e nós precisamos tê-las. Na página vinte e três eu quero cumprimentar a Secretaria pela ampliação da coleta de Papanicolau e do rastreio da mamografia. Agradeço. Mas também destaco nesse papel, o papel da Câmara Municipal como agente de fiscalização. Na página vinte e nove eu coloco a questão da insuficiência dos dados sobre os óbitos de trânsito. Não está claro na relatoria. Na página trinta, pergunto sobre a reabertura do processo de avaliação funcional dos profissionais da rede municipal de saúde tendo em vista a redução substancial do número de casos de Covid, e esse processo, portanto, será fundamental para que se reactive o crescimento horizontal e vertical do nosso funcionalismo, que está à deriva desde a posse do nosso Prefeito. E para finalizar, pergunto sobre a questão dos hospitais. O Hospital A. C. Camargo, que é uma referência em São Paulo no atendimento do câncer, fechará suas portas em dezembro. Nós tivemos recentemente aqui uma reunião com os hospitais que apresentaram já grande dificuldade para continuar o atendimento SUS. Sabemos que a tabela não reajusta há mais de dez anos, mas a gestão da Saúde é municipal. Eu pergunto, o que a Secretaria já está fazendo com antecedência, antes que esses hospitais também em Curitiba fechem, porque esse piano do não atendimento dos hospitais não pode ser colocado no ombro dos

hospitais. E por conta disso, pergunto, com antecedência quais são os planos que a Secretaria Municipal da Saúde têm para evitar que o curitibano sofra com o fechamento ou o não mais atendimento do SUS em três importantes hospitais - Hospital Evangélico, Hospital Cajuru e Hospital Pequeno Príncipe. Era isso. Muito obrigada. A SRA. PRESIDENTE:- Muito obrigada. Com a palavra, Secretária Beatriz. A SRA. BEATRIZ BATTISTELLA NADAS:- Vereador Marcos Vieira, obrigada pelos cumprimentos. Na UPA Sítio Cercado estamos fazendo já uma reforma. É como trocar o pneu do carro com o carro andando, porque não fechamos a unidade quando em outros momentos, claro, porque ela pode ter essa reforma com o funcionamento ainda, com alguma adequação do espaço e às vezes a conformação. Está em trânsito e se torna às vezes um pouquinho mais demorada, porque não conseguimos entrar com a equipe de reforma de uma forma mais rápida. Precisamos acomodar essa situação porque não podemos ficar impactando também na diminuição do serviço. Já terminamos uma primeira etapa dessa reforma e agora vamos entrar numa parte um pouco mais delicada. Então vai demorar um pouquinho mais, Vereador. Não tenho essa previsão aqui, mas depois encaminhamos a previsão bem certinha. A previsão inicial. Obra e reforma são previsões às vezes que causam para nós surpresas e imprevistos. A Unidade de Saúde Umbará está no seu processo de construção. Estamos terminando a fundação da unidade de saúde e tem uma previsão de dez meses para ficar pronta. Mas, repito, previsão de obra às vezes não acontece porque a obra depende muito de clima, enfim. Há uma previsão de entrega nos próximos dez meses, felizmente. O Vereador Bobato está acompanhando também essa obra. Vereador Mauro Ignácio, obrigada pelos cumprimentos. A Manuela agradece e a Lúcia, porque agora o Cleverson é o nosso diretor da Atenção Primária em Saúde. Quando a Secretária Márcia saiu, eu assumi e tivemos que fazer um efeito dominó. Então o Juliano, que era diretor da Atenção Primária, passou a ser superintendente executivo, a função que eu exercia, e aí o Cleverson veio da CIC para ser o diretor da Atenção Primária, e a Lucia Milani é a supervisora agora, era da equipe da CIC. Estamos pretendendo continuar no mesmo ritmo, na mesma balada, um pouquinho de mudança das figuras. Colocamos umas pessoas mais bonitas nos lugares. (risos). Com relação a Unidade de Saúde Orleans ou Jardim Gabineto, mais o Orleans, para nós é uma dificuldade bastante... não sei dessa história de colocar na praça. Não chegou para nós. Alguém deve ter pensado que ali poderia ser um bom local para fazer a unidade. O Sr. Mauro Ignácio:- Fiz um pedido de informação, Secretaria, sobre isso, está documentado. Já era um apelo, uma sugestão da comunidade buscando uma área e surgiu essa praça que diz que tem essa questão com lei federal. A SRA. BEATRIZ BATTISTELLA NADAS:- A praça concorre com essa outra linha de trabalho de prevenção. Uma praça pública tem uma finalidade. E Curitiba procura sempre preservar esses espaços. Aliás, o pessoal do Meio Ambiente não gosta (L) quando dizemos assim: "ah, mas tem aquela praça ali." Não. Tem uma lei, inclusive, que não pode. Com relação a uma nova estrutura para a Unidade Orleans, é bastante complexo, porque na região não há disponibilidade de terreno com localização adequada e com custo acessível, porque há um custo bastante grande para o terreno. Não está nos nossos planos de imediato fazer isso. Nós temos outros compromissos com a adequação da rede. Nós estamos fazendo todo um programa de renovação e reforma das unidades de saúde. Eu acho que, no momento, nós estamos com quatro unidades em reforma, se eu não estou equivocada, inclusive ampliando e modificando todas as nossas clínicas odontológicas, já estamos na metade, mais ou menos, das cento e oito. Estão fazendo reforma e adequação do espaço dentro de uma nova conformação espacial dentro da unidade de saúde, proporcionando mais segurança e preservando a intimidade de cada atendimento, diferente do que era. Sim, nossos conselhos locais de saúde, procuramos transmitir as informações para que as pessoas possam acompanhar o que vem acontecendo. No próximo ano faremos todo um movimento de conferências locais, distritais e a Conferência Municipal de Saúde, atendendo ao calendário do controle social. E há uma renovação nesse momento importante, porque também por dois anos o

controle social acabou sendo impactado com a questão das reuniões presenciais. Vereadora Maria Letícia, obrigada pelos cumprimentos. Falei bastante aqui a respeito das dificuldades que é o atendimento na área de saúde mental. Tudo aquilo que é disponível na cidade nós estamos contratando, nós estamos ampliando. O Ministério da Saúde não habilita Caps há pelo menos uns oito anos, mais até, eu era superintendente em 2012 e não tinha habilitação de novos Caps para a cidade. Então de 2002, são dez anos, para cá nós não temos mais habilitação de Caps na cidade pelo Ministério da Saúde. Dentro daquela ideia de que o SUS é tripartite, há responsabilidades que são dos três entes Federados e, neste caso, o Ministério da Saúde tem lá pedidos nossos de habilitação de mais Caps. Estamos pleiteando, inclusive, a mudança daquele Caps, que é Caps II, para Caps III, que é quando se tem um maior porte técnico para poder fazer o atendimento, também estamos aguardando essas questões. E recentemente fizemos uma ampliação do atendimento ambulatorial nesse contrato com a Santa Casa, que está aqui dentro do Ambulatório UNIICA, que é aqui no Bom Retiro. Enfim, estamos ampliando. E todas as nossas equipes têm trabalhado nessa perspectiva de fazer prevenção e promoção das questões de saúde mental. Sim, doença cardiovascular é um grave problema que afeta a nossa cidade. Até 2019, ou melhor, até quase o começo da pandemia, nós estávamos com uma redução das mortes em razão, em consequência de doenças cardiocirculatórias numa população que consideramos jovens, ou seja, menores de sessenta anos. Mas com a pandemia realmente houve um prejuízo, e esse é o ônus de uma pandemia, mas não foi porque não atendemos aquilo que era da urgência. Nós deixamos de atender algo que era do eletivo. Isso tem um custo. Tem um custo. Quando nós falávamos da importância das medidas restritivas na cidade, de não se aglomerar, de evitar a transmissão e a circulação do vírus, tinha essa finalidade, de proporcionar um sistema mais adequado para atendimento de tudo que a população precisa. E agora nós estamos correndo atrás desse prejuízo. Nós tivemos exonerações de médicos, é uma situação que não sabemos exatamente o motivo de cada uma dessas exonerações, mas, ao mesmo tempo, estamos contratando. A Fundação Estatal de Atenção à Saúde contratou, recentemente, vários médicos. Só neste ano, não vou ter aqui bem certo o número, mas nós hoje já contratamos mais de duzentos médicos para a atenção primária, para fazer frente às necessidades das nossas equipes. Com relação aos protocolos, todos esses protocolos com que estamos trabalhando, temos trabalhado em câmaras técnicas com os hospitais e junto ao Conselho Regional de Medicina para fazer as validações. As sociedades científicas, algumas delas têm nos procurado e estamos conversando. Recentemente recebi o presidente da Sociedade Paranaense de Pediatria, outro dia foi com o pessoal da cardiologia, enfim, estamos sempre abertos a trabalhar com essas sociedades científicas. Aumentamos sim a coleta de citopatológicos, mas esse aumento ainda não reflete a cobertura que precisamos ter, precisamos aumentar mais ainda, agradeço a sua observação com relação a isso, mas ainda assim precisamos aumentar. Avaliação funcional sim, será retomada, e a avaliação funcional dentro da Secretaria Municipal da Saúde não estava vinculada a nenhum processo de ascensão em carreira de servidor, uma vez que, inclusive, o Município está sem esse processo funcionando, este ano ainda vai ser enviado à Câmara de Vereadores a nova proposta de plano de cargos e carreiras dos servidores, e nesta nova proposta entra sim, não somente para os profissionais da Saúde, mas para todos os servidores do Município a avaliação funcional. Então, ela será retomada. Sim, a situação do hospital A. C. Camargo de São Paulo é emblemática. Sim, é um colapso do sistema de São Paulo que pretendemos que aqui não aconteça. O que estamos fazendo? Dentro de tudo aquilo que a legislação nos coloca da disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários, fazer funcionar esse sistema de forma a produzir todo o atendimento àqueles cinquenta e quatro mil cidadãos que diariamente são atendidos em nossos serviços de saúde. Eu agradeço a todos os Vereadores, toda a parceria nesses anos todos que a Secretaria tem atuado dentro da nossa cidade e, especialmente, quero falar desses últimos oito meses, que são os oito meses que eu estou à frente da Secretaria, o que me deixa muito

honrada, ter uma equipe muito valorosa que sempre está junta e pronta a superar todos os desafios que possam aparecer. Muito obrigada. Um ótimo dia, saúde a todos! A SRA. PRESIDENTE:- Muito obrigada. Em razão de ter sido esgotado o tempo previsto, damos por encerrada a presente audiência pública, agradecendo a Secretaria que, com muita elegância, deu todas as respostas. Agradecendo a todos os Vereadores, servidores desta Casa, em especial os que nos ajudam na Comissão de Saúde e Bem-Estar Social, agradecendo também a todos os integrantes da Comissão de Saúde. Está encerrada a audiência pública." Do que para constar, a presente Ata foi organizada por Alan Fernando Rebelo Diório e revisada pelo servidor Tiago Maximiliano Carneiro Leão, de acordo com as Notas Taquigráficas, e será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão de Saúde, Bem-Estar Social e Esporte.

Noemia Rocha
Presidente

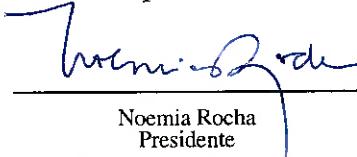
Marcelo Fachinello
Vice-presidente

João da 5 Irmãos
Membro

Oscalino do Povo
Membro

Pastor Marciano Alves
Membro

honrada, ter uma equipe muito valorosa que sempre está junta e pronta a superar todos os desafios que possam aparecer. Muito obrigada. Um ótimo dia, saúde a todos! A SRA. PRÉSIDENTE:- Muito obrigada. Em razão de ter sido esgotado o tempo previsto, damos por encerrada a presente audiência pública, agradecendo a Secretaria que, com muita elegância, deu todas as respostas. Agradecendo a todos os Vereadores, servidores desta Casa, em especial os que nos ajudam na Comissão de Saúde e Bem-Estar Social, agradecendo também a todos os integrantes da Comissão de Saúde. Está encerrada a audiência pública." Do que para constar, a presente Ata foi organizada por Alan Fernando Rebelo Diório e revisada pelo servidor Tiago Maximiliano Carneiro Leão, de acordo com as Notas Taquigráficas, e será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão de Saúde, Bem-Estar Social e Esporte.



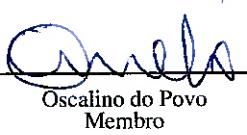
Noemia Rocha
Presidente



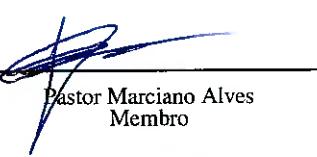
Marcelo Fachinello
Vice-presidente



João da 5 Irmãos
Membro



Oscalino do Povo
Membro



Pastor Marciano Alves
Membro